

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Águeda Pacheco de Melo Barreto

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, O QUE ELAS PENSAM SOBRE ISSO?

Uma análise dos relatos de crianças em situação de pobreza

em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE.

Belo Horizonte

2020

Águeda Pacheco de Melo Barreto

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, O QUE ELAS PENSAM SOBRE ISSO?

Uma análise dos relatos de crianças em situação de pobreza

em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Tomás.

Área de concentração: Trabalho, Metrôpoles e Desigualdades.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

B273v Barreto, Águeda Pacheco de Melo
Violência contra crianças, o que elas pensam sobre isso?: *Uma análise dos relatos de crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE* / Águeda Pacheco de Melo Barreto. Belo Horizonte, 2020.
78 f. : il.

Orientadora: Maria Carolina Tomás
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Infância. 2. Igualdade. 3. Crianças - Maus-tratos - Belo Horizonte (MG). 4. Crianças - Maus-tratos - Fortaleza (CE). 5. Violência - Aspectos sociais. 6. Violência contra os adolescentes - Belo Horizonte (MG). 7. Violência contra os adolescentes - Fortaleza (CE). 8. Pobreza - Belo Horizonte (MG). 9. Pobreza - Fortaleza (CE). I. Tomás, Maria Carolina. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.7

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Iara Miranda Lima - CRB 6/3320

Águeda Pacheco de Melo Barreto

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, O QUE ELAS PENSAM SOBRE ISSO?

Uma análise dos relatos de crianças em situação de pobreza

em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Tomás.

Área de concentração: Trabalho, Metrôpoles e Desigualdades.

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Valéria Cristina de Oliveira – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 10 de julho de 2020.

DEDICATÓRIA

*Ao meu filho, João Lucas, que está sendo gestado junto com a conclusão dessa dissertação.
Sua vinda me faz encontrar ainda mais propósito neste estudo.*

*Ao meu amor, marido e companheiro, Jardan, por todo incentivo, apoio e compreensão. Sua
parceria me fortalece e me faz ser melhor a cada dia. Vamos juntos nessa trajetória.*

*Aos meus pais, Arnaldo e Márcia, ao meu irmão Caíque, que foram e são a base para que eu
aprendesse o valor do afeto e do respeito ao próximo, tendo vivido uma infância repleta de
significados positivos, com aprendizagens baseadas no amor.*

*Dedico também às tantas crianças “invisíveis” pela sociedade, que se tornam números e
estatísticas, mas que têm histórias, sonhos, e muito a nos ensinar. Sorte a de quem as pode
ouvir.*

AGRADECIMENTOS

Esse estudo me foi desafiador do começo ao fim. Sem o apoio dos que aqui estão citados, não seria possível. Primeiramente agradeço à Deus, por me oferecer essa oportunidade de crescimento e também por tornar possível esse sonho. À Divina Mãe, por me fortalecer em cada momento em que esse tema de estudo me pareceu tão complexo e triste. Aos mestres que me servem de exemplo espiritual e de missão em construir um mundo mais humano.

É preciso agradecer imensamente e destacar que esse estudo não seria possível sem o apoio do ChildFund Brasil, a instituição que me permite trabalhar alinhada ao meu propósito. Aqui agradeço principalmente ao Gerson e à Joyce, que acreditaram e incentivaram cada passo dessa realização, tornando como parte de suas missões o desenvolvimento de colaboradores que fazem parte dessa organização. Obrigada também a toda equipe gestora, e aos colegas que me apoiaram nessa realização. Não posso deixar de citar Cristiano, Karla e Júlio, companheiros de caminhada diariamente no trabalho e no mestrado.

Obrigada à orientadora Maria Carolina Tomás, por ajudar a tornar possível o que era apenas um projeto, com orientações, reflexões e otimismo perante todos os desafios que se apresentaram. Juntas achamos caminhos para que essa dissertação se concluísse.

Por último, porém mais importante, agradeço à minha família, base onde vivenciei e vivencio um lar saudável e de fortalecimento. Aos meus amados: marido, filho, pai, mãe, irmão e cunhada-irmã, pelo apoio incondicional e necessário nessa e em outras esferas da vida, tão interligadas. Sem vocês, não seria possível.

Por fim, agradeço àqueles que se tornaram fontes de conhecimento e inspiração. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-MG e aos professores que encontro em meu caminho, que ultrapassam os saberes acadêmicos e me ensinam sobre direitos humanos em sua essência.

“Geralmente achamos que violento é o outro. Mas estudos filosóficos e psicanalíticos mostram que a não-violência é uma construção social e pessoal. Do ponto de vista social, o antídoto da violência é a capacidade que a sociedade tem de incluir, ampliar e universalizar os direitos e os deveres de cidadania. No que tange ao âmbito pessoal, a não-violência pressupõe o reconhecimento da humanidade e da cidadania do outro, o desenvolvimento de valores de paz, de solidariedade, de convivência, de tolerância, de capacidade de negociação e de solução de conflitos pela discussão e pelo diálogo”.
(MINAYO, 2001, p.24)

RESUMO

Esta dissertação investiga a percepção de crianças em situação de pobreza nas cidades de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE sobre o fenômeno da violência. Analisa os contextos de violência pessoal (manifestada através do comportamento humano), violência estrutural (manifestada por desigualdades em estruturas socioeconômicas) e violência cultural (manifestada na esfera simbólica, como legitimação da violência) em relatos de crianças. A pergunta central é: o que crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE reconhecem como violência contra crianças? A metodologia utilizada foi de grupos focais, conduzidos nas duas cidades, com crianças de 10 a 12 anos de idade. A relevância desta investigação deve-se ao fato de ser necessário apreender a percepção de crianças sobre temas complexos como a violência, considerando-as seres ativos na construção social. Ainda, é necessário entender como o fenômeno da violência afeta suas vidas, de acordo com os diferentes contextos sociais em que vivem, considerando o nível de desigualdades existentes no Brasil e as consequências da injustiça social nas formas de se viver a infância. O estudo aponta o reconhecimento das crianças sobre situações de violência pessoal e identifica também que as crianças em situação de pobreza residentes em áreas de periferia de grandes metrópoles estão sujeitas a condições extremas de exposição à violência em seus entornos, o que é evidenciado em seus relatos de situações vivenciadas no cotidiano e que se configuram como questões relacionadas à violência estrutural e cultural.

Palavras-chave: Infância. Percepção Infantil. Violência contra crianças. Belo Horizonte. Fortaleza.

ABSTRACT

This master thesis investigates the perception of children in poverty situation about the phenomenon of violence. The research included children living in the cities of Belo Horizonte/MG and Fortaleza/CE (Brazil), and analyzes children's reports on personal violence (manifested through human behavior), structural violence (manifested by inequalities in socioeconomic structures) and cultural violence (manifested in the symbolic sphere, as legitimation of violence).. The central question is: what do children in poverty in Belo Horizonte/MG and Fortaleza/CE recognize as violence against children? I used focus groups, with children from 10 to 12 years old. The relevance of this investigation is due to the fact that it is necessary to better understand the perception of children about complex themes such as violence, considering them as active in social construction. Besides that, it is necessary to understand how violence affects their lives, especially considering the social differences in Brazil. . The study shows that children clearly recognize personal violence situations and also identifies that children in situations of poverty living in peripheral areas of large cities are subject to extreme exposure to violence in their surroundings. This is evidenced in their reports of situations experienced in daily life that are directly related to structural and cultural violence.

Keywords: Childhood. Child Perception. Violence against children. Belo Horizonte. Fortaleza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Tipologia da Violência Somática Pessoal de Galtung	15
Figura 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung.....	17
Figura 2- Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte/MG	46
Quadro 2 - Características das crianças entrevistadas em Belo Horizonte	48
Tabela 1- Indicadores Relativos à Dimensão de Renda – Caucaia/CE - 2010	49
Quadro 3 - Características das crianças entrevistadas em Fortaleza	50
Quadro 4 – Matriz de Identificação da violência contra crianças	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FJP – Fundação João Pinheiro

EDUCO - *Education and Development Foundation*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPHI - *Oxford Poverty and Human Development*

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

SESP-MG - Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais

SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação

SVBD – *Small Voices, Big Dreams*

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1	Infância.....	8
2.2	Violência e Violência contra Crianças e Adolescentes.....	13
2.2.1	<i>Categorias de Violência</i>	14
2.2.2	<i>Violência contra Crianças e Adolescentes</i>	17
2.3	Desigualdades, Pobreza e Violência	26
2.4	Percepções de crianças e adolescentes sobre a violência.....	36
3	MÉTODOS DE PESQUISA	42
3.1	Apresentação da Pesquisa “ <i>Small Voices, Big Dreams</i> ”	42
3.2	Análise dos Grupos Focais.....	50
4	PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM BELO HORIZONTE E FORTALEZA	53
4.1	Violência Pessoal.....	53
4.2	Violência Estrutural.....	59
4.3	Violência Cultural.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	ANEXO A.....	75
	ANEXO B.....	78

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga a percepção de crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e em Fortaleza/CE sobre o fenômeno da violência, analisando os contextos de violência pessoal, violência estrutural e violência cultural que elas próprias relatam. Tais categorias foram escolhidas na tentativa de realizar as análises a partir das diferentes dimensões que a violência pode ter. Na sociologia atual, estudos têm considerado questões teóricas e empíricas sobre a infância (como o livro de REIS *et al.*, 2015), há também trabalhos que consideram suas percepções (FAZZI, 2004), entretanto são escassos e continuam sendo um desafio. O desafio se configura por diferentes razões, como o percurso recente do entendimento da infância como objeto de estudos sociológicos, a concepção de que crianças são apenas seres passivos que não participam ativamente da construção do tecido social (CORSARO, 1997), a dificuldade de se acessar e entrevistar tal público e os equívocos ao se padronizar a experiência de crianças, uma vez que existem diversas possibilidades de se vivenciar a infância, com diferentes significados e experiências (REIS, 2015). Portanto, faz-se necessário entender suas percepções de acordo com o contexto social ao qual pertencem. Nesse sentido, esta dissertação tem como foco a infância que vive em situação de pobreza. A pergunta central é “o que crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE reconhecem como violência contra crianças?”, sendo o tema investigado através de análises de relatos de crianças de 10 a 12 anos em grupos focais conduzidos nessas cidades.

Como ponto de partida, é importante destacar que as definições de infância, de violência, de violência contra crianças e de situação de pobreza encontram diversas fontes, categorias e entendimentos na literatura. No âmbito da infância, esta dissertação irá considerar a faixa etária de acordo com a principal legislação brasileira sobre o tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que define a infância como fase entre 0 e 12 anos incompletos de idade. No âmbito do fenômeno da violência de forma ampla, será considerada a definição de Galtung (1969, p. 168): “a violência está presente quando seres humanos estão sendo influenciados de maneira tal que suas realizações atuais, somáticas e mentais, estão abaixo das suas realizações potenciais”. O autor subdivide o fenômeno da violência em três categorias: pessoal, estrutural e cultural.

Segundo Galtung (1969), a violência pessoal ou direta configura-se quando há um agente que comete dano diretamente contra a vítima. Ela é manifestada de forma física ou verbal, implicando em uma relação direta com a intenção de causar danos a uma pessoa. O segundo tipo é denominado violência estrutural ou indireta e apresenta-se por meio da estrutura

de um sistema socioeconômico, gerando desigualdade de poder e chances desiguais de recursos, na qual se insere (entre outras possibilidades) a pobreza. Segundo o autor, a disposição desigual do poder na sociedade gera uma má distribuição no compartilhamento de recursos, reproduz a pobreza e a fome e dificulta o desenvolvimento dos grupos sociais menos favorecidos, portanto, também causa danos à vítima. Ademais, em estudos posteriores, Galtung (1990) acrescentou ainda outra categoria à sua tipologia, a denominada violência cultural, realizada na esfera simbólica da existência humana, utilizada para legitimar ou justificar a violência direta ou estrutural.

No tema específico da violência contra crianças, este estudo considera principalmente a definição utilizada por Minayo (2001), pois a autora segue pensamento semelhante ao de Galtung (1969), ao considerar como violência qualquer situação que limite o potencial de realização do ser humano (neste caso, de crianças). Minayo (2001) também discorre sobre a violência estrutural, argumentando que esse tipo de violência incide sobre a condição de vida de crianças e adolescentes, tornando mais difícil o seu desenvolvimento. Segundo a autora, esse é um dos tipos de violência que mais atinge crianças e adolescentes no Brasil.

Para fins de esclarecimento conceitual, destaco que os conceitos “violência contra crianças” e “violência infantil” foram usados como sinônimos. Da mesma forma, destaco que os termos “percepção” e “reconhecimento” não necessariamente têm o mesmo significado, e podem variar de acordo com o objetivo a ser pesquisado. A percepção pode configurar-se como uma experiência sensorial que é percebida conscientemente (GOLDSTEIN, 2009) e o reconhecimento é a capacidade de perceber os processos sensoriais e, então, nomeá-los, reconhecendo o que é aquilo que se percebe (GOLDSTEIN, 2009). No entanto, para os efeitos de simplificação e dos estudos pretendidos aqui, os termos foram usados como sinônimos e indiscriminadamente.

O objetivo geral dessa dissertação, portanto, é analisar o que crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE reconhecem como violência contra crianças. Os objetivos específicos, por sua vez, incluem: i) analisar a perspectiva das crianças com relação à definição de violência contra crianças, ii) investigar quais são os tipos de violência que as crianças entrevistadas consideram estar mais sujeitas (direta, estrutural, cultural), iii) comparar as semelhanças e diferenças entre a percepção de crianças em situação de pobreza em Belo Horizonte/MG e em Fortaleza/CE.

É importante destacar as razões pelas quais o tema deste estudo foi escolhido. Primeiramente, as pesquisas considerando os pontos de vistas de crianças são recentes e

escassas e as crianças nem sempre foram consideradas seres em desenvolvimento e que por isso requerem condições especiais (ARIÉS, 1978). Considerando os estudos sociológicos, do ponto de vista de Corsaro (1997 *apud* Qvortrup, 1993), até a pós-modernidade as crianças foram marginalizadas na sociologia, e não apenas ignoradas. Nessa trajetória de visibilidade infância na modernidade, porém, é importante citar contribuições da sociologia da educação, proposta por Durkheim (2013) em 1922, refletindo sobre a “ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social” (DURKHEIM, p. 53, 2013). Na proposta de Durkheim, a educação é um instrumento de transmissão de aptidões necessárias à vida social (DURKHEIM, p. 56, 2013).

Corsaro, porém, entendeu que essas visões tradicionais de socialização, que compreendiam as crianças a partir de uma função principalmente passiva e determinada por seu entorno contribuiu para a invisibilidade da infância enquanto grupo social. Assim, até meados da década de 1970, quase não existiam estudos sobre crianças na sociologia (AMBERT, 1986), os estudos estiveram frequentemente relacionados ao tema da educação. Foi, essencialmente, na pós-modernidade que as crianças receberam “o espaço necessário para tornar visível o tempo e o espaço de ser criança, tornar visível um grupo social, que, à semelhança de outros grupos sociais minoritários, se manteve na invisibilidade, subjugado pelo poder exercido por outros grupos mais poderosos, neste caso, o grupo social dos adultos” (FERNANDES, 2005, p. 19). A partir desse momento, houve um crescente interesse da sociologia a respeito das crianças, e como consequência desenvolveu-se uma área de estudos em crescimento na contemporaneidade: a sociologia da infância.

Segundo Sarmiento (2005), a sociologia da infância considera as crianças como tema sociológico, sem considerar as visões tradicionais que as colocam como seres que, somente ao se tornarem adultos, serão indivíduos. O autor afirma ainda que tal área de estudos propõe-se a analisar a sociedade a partir de um ponto de vista que assumem as crianças como sujeitos de investigação por direito próprio:

[...] produzindo conhecimentos não somente sobre a infância, mas também sobre as relações sociais como um todo, de acordo com suas percepções, sendo então a infância uma categoria social geracional através da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social (SARMENTO, 2005, p. 363).

Mesmo com o avanço no campo de estudos da infância e da necessidade de se assegurar cuidados específicos para essa faixa etária, algumas práticas, porém, continuam existindo em relação às crianças e aparecem de múltiplas formas, como é o caso da violência.

De acordo com Minayo (2001), a violência contra crianças e adolescentes existe desde os primeiros acontecimentos humanos registrados, e também são muitas as formas como se expressam, em diferentes culturas. Por exemplo, de acordo com a autora, a eliminação de crianças e adolescentes é um dos temas mais citados na história, incluindo o infanticídio (crianças pequenas mortas pelos pais) e os homicídios (MINAYO, 2001, p. 92).

Segundo o relatório “Estatísticas Mundiais da Saúde” da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), estima-se que até 1 bilhão de crianças entre 2 e 17 anos de idade tenham sofrido algum tipo de violência em 2017. E, de acordo com o relatório “Um Rosto Familiar” do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017), três quartos das crianças de 2 a 4 anos de idade do mundo – cerca de 300 milhões – sofrem agressão psicológica e/ou punição física de seus próprios cuidadores. No Brasil, foram feitas 76 mil denúncias de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes em 2018, de acordo com dados que constam no site do “Disque 100”, canal de denúncias do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para receber reclamações de violações de direitos humanos. De acordo com esse canal, 70% dos casos de violência sexual contra crianças ocorreram dentro da casa das vítimas. Infelizmente, a violência infantil é uma realidade globalmente persistente, mas existem particularidades importantes a serem observadas nas diferentes cidades, países, regiões e continentes que geram distintas consequências para o desenvolvimento e formação do indivíduo e da sociedade. Esse é um problema pouco conhecido, devido à falta de informações que o dimensionem, característica própria do fenômeno da violência já que muitas vezes os casos acontecem em ambientes domésticos não sendo reportados às autoridades. Considerando o contexto do Brasil de ser um país reconhecido como um dos mais violentos do mundo (OMS, 2017) – a violência contra crianças se torna um problema endêmico, persistente e muitas vezes banalizado.

De acordo com Pinheiro (2006), em estudo encomendado para o Relatório Mundial da Violência Contra Crianças (UNICEF, 2006), as crianças podem ser vítimas de algum tipo de violência independente de suas condições socioeconômicas, entretanto, algumas estão particularmente vulneráveis por questões de raça, gênero, relações étnicas, deficiências ou questões sociais. No mesmo sentido, Nyabera (2017) afirmou que a violência contra crianças pode ser agravada pela condição de pobreza que pode expor a criança a vulnerabilidades diversas. Alguns exemplos que o autor cita são: pressões socioeconômicas no domicílio que forcem o trabalho infantil, a exploração sexual ou trabalho sexual comercial, o casamento precoce; locais de habitação em que a atividade criminal organizada é generalizada, o que agrava a violência física e os riscos de as crianças serem atraídas para essa atividade; maior

risco de ficarem sem supervisão de um adulto, o que pode aumentar o risco dessas crianças serem abusadas e violadas. Seguindo raciocínio semelhante, Minayo (2007) afirma que a miséria e a desigualdade social estão diretamente relacionadas com relações violentas.

No Brasil, a desigualdade social é um fenômeno persistente que impacta milhões de crianças de diversas formas e, segundo Rocha (2006), a desigualdade de renda está associada à pobreza absoluta no país. Segundo a autora, a pobreza pode ser definida como uma situação na qual as necessidades não são adequadamente atendidas, mas importa saber quais necessidades são essas, de acordo com os diferentes critérios e grupos. Nas economias atuais, para a autora, é natural que a noção de pobreza seja considerada via renda e que se estabeleçam conceitos de linha de pobreza e linha de pobreza extrema, conforme os valores de consumo mínimo para necessidades básicas.

Hoffmann (2005), por outro lado, considera a linha de pobreza absoluta a partir do valor do salário mínimo real vigente. Nesse método, pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo por mês se enquadram em situação de pobreza, e aquelas que vivem com um quarto de salário mínimo, em situação de extrema pobreza. Esse critério também é utilizado em alguns programas sociais brasileiros, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Governo Federal. Esse foi o critério que utilizei na pesquisa para medir o grau de pobreza das crianças entrevistadas.

Apenas no Brasil, 18 milhões de crianças (mais de 40% das crianças brasileiras) vivem em situação de pobreza (IBGE, 2010) e alguns estudos, como o “Atlas da Violência 2018” (IPEA, 2019), têm buscado entender se essa situação de vida pode se relacionar ao agravo da violência. O estudo cruzou números de mortes violentas com indicadores de educação infanto-juvenil, mercado de trabalho, habitação, gravidez na adolescência e vulnerabilidade juvenil. Em conclusão, tem-se que os piores índices, apontando pobreza, localizam-se onde ocorrem mais homicídios. Paz e violência se relacionam a fatores como escolaridade, saneamento básico e ocupação de jovens. Em municípios com menos mortes, 6,2% das crianças são pobres; nos mais violentos (com mais mortes), são 25,3%.

Considerando o exposto acima e a desigualdade social reconhecidamente presente no Brasil conforme apontaram Rocha (2006) e Jannuzzi e Souza (2016), entende-se que tais desigualdades geram diversas formas de se vivenciar “as infâncias”, marcadas pela presença ou pela falta de oportunidades, o que por si só já se pode configurar uma forma de violência (estrutural). Entende-se aqui, portanto, que é necessário considerar as percepções de crianças em situação de pobreza sobre um conceito complexo como a violência, destaca-se também que

elas podem estar ainda mais sujeitas a esse fenômeno em suas vidas. Ademais, a obtenção de dados nesse campo ainda é difícil tanto em estudos acadêmicos quanto em dados oficiais.

Outra motivação para este estudo surgiu de uma realidade vivida profissionalmente no campo social e de defesa de direitos infantis pela pesquisadora. Desde 2015, trabalhando no ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, agência internacional de desenvolvimento social para crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza, tenho presenciado realidades que nenhuma criança deveria enfrentar, tanto no âmbito da violação de seus direitos, como na ausência de recursos adequados para suas vidas e de suas famílias. Atualmente, exercito o cargo de Assessora de *Advocacy* e Relações Institucionais, o que evidencia ainda mais os caminhos tortuosos da defesa de direitos das crianças no Brasil. Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha sido promulgado em 1990 (ECA, 1990), e a partir dele todos os avanços que ocorreram, ainda são muitos os desafios que a infância enfrenta, especialmente as crianças mais vulneráveis e em situação de risco social. É necessário, portanto, que os estudos amparem as atuações práticas exercidas, não só pelo terceiro setor, mas por todo campo de atuação na área social, inclusive pelas entidades governamentais. A produção de informações e dados torna-se extremamente relevante em um momento em que diversos cortes orçamentários são feitos em programas sociais. Estudos que considerem, portanto, a investigação das causas dessas violações, são valiosos para embasarem, através de evidências, a importância do investimento em políticas públicas adequadas para a prevenção da violência e o combate ao ciclo da pobreza, trazendo à luz o quanto esses fenômenos se relacionam.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram analisados dados qualitativos de uma pesquisa realizada em 2018 pelo ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, “*Small Voices, Big Dreams*”, que realizou, além de uma pesquisa quantitativa com crianças de diversos perfis socioeconômicos em diversas partes do país, também grupos focais com crianças de 10 a 12 anos de idade, em situação de pobreza, nas cidades de Belo Horizonte/MG, Palmital/MG, Fortaleza/CE e Crato/CE, a fim de entender seus pontos de vista sobre a violência contra crianças em suas mais diversas nuances. Para esta dissertação, foram utilizados os dados qualitativos da pesquisa mencionada, analisando as falas de crianças em situação de pobreza, nas cidades de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE. Essa escolha ocorreu pela possibilidade de se comparar relatos de crianças residentes em grandes metrópoles, uma na Região Nordeste e outra na região Sudeste do Brasil, com altos índices de violência urbana e de registros de violência contra crianças, mas com contextos específicos e diferentes de violência.

Considerando a escolha das cidades de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE, tecerei aqui, brevemente, um panorama sobre a situação de violência contra crianças nesses municípios

e estados, para que se possa entender as semelhanças e diferenças de ambas realidades, e porque se tornam relevantes as suas análises e comparações. Ambos os estados, Ceará e Minas Gerais têm altos níveis de violência contra crianças (CHILDHOOD BRASIL, 2018), as nuances e expressões dessa e outros tipos violências têm semelhanças e diferenças, o que pode ou não interferir no ponto de vista de crianças sobre o fenômeno. As cidades de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE têm algumas características semelhantes, mas diferem-se quanto à situação econômica e ao índice de desenvolvimento humano (IDHM). O detalhamento dos dados sobre as cidades encontra-se no capítulo de métodos de pesquisa.

Em virtude dos fatos mencionados, as hipóteses do estudo contemplaram duas possibilidades de análise. A primeira é que as crianças de ambas cidades teriam reconhecimentos sobre violência contra crianças similares, não se relacionando com fatores específicos na cidade, já que compartilham de algumas características em comum como a idade, o fato de morarem em regiões periféricas de grandes metrópoles e estarem em situação de pobreza. Por outro lado, tem-se uma hipótese alternativa, de que as crianças das diferentes cidades teriam entendimentos distintos sobre a violência contra crianças, pois suas percepções poderiam se moldar de acordo com fatores estruturais e culturais específicos do seu entorno, de acordo com o tipo de violência mais presente em suas cidades e estado, por exemplo.

A dissertação contém outros cinco capítulos, além dessa Introdução. O próximo capítulo apresenta a revisão teórica, com foco nos temas infância, violência contra crianças, relações entre desigualdades, violência e pobreza, e percepção de crianças sobre a violência. No terceiro capítulo são apresentados os métodos e processos da pesquisa “*Small Voices, Big Dreams*”. No capítulo 4, são analisados os relatos das crianças de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE, verificando o que reconhecem como violência e comparando as cidades, à luz das categorias de violência: pessoal, estrutural e cultural. O capítulo que finaliza a dissertação apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta a revisão de referências e estudos que se relacionam ao tema desta pesquisa. A revisão de literatura foi dividida, portanto, nos temas: infância; categorias da violência e violência contra crianças; relações entre desigualdades, violência e pobreza e percepção de crianças sobre a violência.

2.1 Infância

Como ponto de partida para a revisão de literatura, é importante que busquemos compreender o conceito de infância e as mudanças que ocorreram no entendimento social sobre essa fase de vida. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança define que crianças são todas as pessoas abaixo dos 18 anos de idade e que necessitam, em decorrência de sua imaturidade física e mental, de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento (ONU, 1989). Esse conceito foi desenvolvido e oficializado após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924), instrumentos que abriram caminhos para o entendimento da criança como sujeito de direitos. Porém, somente em 1989, os direitos da criança se tornaram leis nos países que adotaram a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, instrumento que determina as condições especiais da infância e, portanto, os cuidados e direitos necessários para seu desenvolvimento sadio. Após a promulgação da Convenção, “[...] os direitos das crianças e da infância ganham visibilidade mundial e, por consequência, também ganham espaço nos debates e nos estudos acadêmicos” (SPINELLII; QUINTEIRO, 2005, p. 349).

Deste tratado internacional derivou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, aprovada no Brasil em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente. De acordo com o estatuto: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Como se observa, os limites cronológicos da infância podem ser entendidos de maneiras distintas. Diferente da legislação brasileira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a infância entre 0 a 10 anos de idade e a Organização das Nações Unidas (ONU) define a idade entre 0 e 14 anos.

Nas perspectivas teóricas, a definição de infância encontrou um longo percurso e por isso é importante verificarmos se essa difícil conceituação pode ter influenciado, inclusive,

em violações de direitos infantis. De acordo com o historiador francês Philippe Ariés (1978), primeiro autor a discutir a emergência do conceito “infância”, essa concepção foi sendo construída histórica e gradativamente, especialmente a partir do século XVI e em distintas fases, até chegarmos à compreensão que temos atualmente: da infância como uma fase de vida que requer cuidados especiais para o desenvolvimento biológico, psicológico e social de um ser humano. Na Idade Média, segundo Ariés, a criança era vista como um “pequeno adulto”, ou seja, não era considerada um ser em desenvolvimento com percepções e características distintas do mundo adulto. Nesse sentido, o mundo infantil e o adulto eram os mesmos, a criança fazia parte da sociedade da mesma forma que adultos e os laços familiares eram estabelecidos, muitas vezes, na rotina do trabalho. Nas sociedades medievais, a criança acompanhava seus pais nas relações com a terra, nos afazeres manuais e em outras atividades de subsistência, portanto, elas não tinham espaços de aprendizado e de desenvolvimento da personalidade próprios para sua idade, a partir do convívio com pessoas de sua mesma faixa etária.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÉS, 1978, p. 10).

Até meados do século XVII, as famílias (de classes privilegiadas) tinham por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua em um mundo em que se lutava para sobreviver e proteger a honra e a vida, sem ter, necessariamente, uma função afetiva e de cuidado com as crianças. O autor apresenta relatos datados entre os séculos XII e XVIII, que se referiam às crianças como *enfant*, que queria dizer “não falante”, uma fase que, segundo os relatos, começava quando se nascia e durava até mais ou menos os sete anos de vida (ARIÉS, 1981, p. 36).

Posteriormente, a partir do final do século XVII, com a Revolução Industrial e as mudanças que ocorreram nos ofícios, nas rotinas e dinâmicas familiares, observa-se uma mudança considerável na maneira de entender a infância. Segundo Ariés, as famílias tornaram-se um lugar de afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, e essa afeição se exprimiu, sobretudo, através da importância que se passou a atribuir à educação. Nesse momento, nos países europeus, iniciaram-se as instituições de cuidado e educação de crianças, como escolas e colégios. Paralelamente, inicia-se, portanto, a separação das crianças dos adultos no processo de aprendizagem, o que também alterou a dinâmica familiar.

Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida (ARIÉS, 1978, p. 11-12).

Após o século XVIII, segundo Ariés, a criança começa a ser vista como uma peça central da família, ou seja, como indivíduo e não mais como um “mini adulto”. O cuidado com a infância começa a ser valorizado, bem como a identificação dessa fase como uma época preponderante para o desenvolvimento de um futuro adulto, o que influenciou diretamente na diminuição da mortalidade infantil.

Também se referindo à história da infância, De Mause (1976) afirmou que a “[...] história da infância é um pesadelo do qual apenas recentemente nós começamos a acordar” (DE MAUSE, 1976, p. 1). O autor afirma que, quanto mais antiga foi a época, menores eram os níveis de assistência às crianças e maiores eram os números de mortes, abandonos e violências. Segundo o autor, esse padrão não foi percebido anteriormente pelos historiadores “[...] pelo fato de que a história considera apenas os registros de eventos públicos e não privados” (DE MAUSE, 1976, p.1), e que os historiadores, por sua vez, responsabilizam a escassez de fontes pela falta de estudos sérios da infância no passado.

De Mause (1976) contestou pontos do estudo de Ariés, rejeitando a concepção de que houve um momento específico para o surgimento e “invenção” do conceito “infância” e rejeitou também que isso tenha resultado, no início do período moderno, em um conceito impositivo da família que privou os filhos da liberdade. De Mause (1976) argumenta que tais afirmações contrariam todas as evidências, pois “[...] quanto mais a história se passa para trás, menos os pais são eficazes para atender às necessidades de desenvolvimento da criança” (DE MAUSE, 1976, p.6). Acrescentou, ainda, que a infância em si teria sido sempre a mesma para as crianças, pois foram os adultos e suas práticas que mudaram.

Outros autores, como Kulhmann (1998), também consideram que a percepção e preocupação com a infância existiam antes da Idade Moderna. Segundo ele, tais diferentes interpretações acontecem devido ao fato de que os estudos de Ariés contemplaram apenas fontes de documentos de famílias ricas e privilegiadas, considerando, então, que o primeiro sentimento de amor para com as crianças ocorreu nessas condições familiares. Segundo o autor, isso teria ocorrido porque as informações das camadas populares da sociedade não foram consideradas, devido à inexistência de registros.

Mesmo com diferentes pontos de vista sobre questões históricas, o que se destaca é que os conceitos de infância e os estudos sobre esse grupo, considerando-o uma categoria social,

são recentes. Além disso, um ponto comum é que existem diferentes tipos de infâncias para crianças de acordo com as diferentes condições de vida e do nível de bem-estar que vivenciam de acordo com os grupos sociais aos quais pertencem (REIS, 2015). Na mesma linha, Rocha (2002) destaca que é importante lembrar que a história da infância a que temos acesso foi registrada pelo olhar dos adultos e não das próprias crianças, por isso, certamente se essa história fosse contada pelo olhar das próprias crianças, teríamos histórias diferentes, com retratos mais fiéis. “Diante disso, temos uma indicação de que a infância não acontece da mesma forma para todas as crianças e as histórias se diversificam a cada experiência” (ROCHA, 2002, p. 52). A perspectiva infantil não foi, portanto, considerada e as próprias fontes de informações divergem devido aos diferentes acessos a recursos e a condições plenas de se viver.

Em contraste, na concepção atual de infância, especialmente tratando-se da sociologia, muitos estudos têm sido conduzidos para o entendimento dessa categoria social. Segundo Corsaro (1997), um dos motivos para o ressurgimento do interesse pela infância é que ideias estão sendo apresentadas, transformando as abordagens tradicionais e teóricas sobre as crianças e a infância. Ele aponta que uma razão para isso é que os estudos de sociólogos subjugados por outros grupos, como, por exemplo, as mulheres, chamaram a atenção para as vidas infantis.

Ainda de acordo com Corsaro (1997), outro fator que contribuiu para novas formas de se conceitualizar a infância na sociologia foi o surgimento de perspectivas teóricas interpretativas e construtivistas que influenciaram principalmente as teorias de socialização. Após as contribuições de estudos da psicologia do desenvolvimento da infância, como os de Piaget (1968), as crianças passaram a serem vistas como seres que interpretam, organizam e usam informações do ambiente para construir concepções de seus mundos físicos e sociais. As teorias construtivistas (CORSARO, 1997) sobre a infância também contribuíram para mudanças, porque destacam seu papel ativo no seu próprio desenvolvimento e no mundo adulto. Nessas perspectivas, os objetos de estudo são analisados segundo a ótica de serem construções sociais, em vez de aceitações determinadas biologicamente ou por serem fatos sociais evidentes. Assim, tanto a infância quanto, por exemplo, classe, raça, gênero, etnia, entre outros temas de estudo, são interpretados e definidos nos processos de ação social, ou seja, construídos socialmente. Dessa forma, conclui-se que as crianças - assim como os adultos - são participantes ativos na construção social da infância, na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada, ao invés de apenas “consumidores” da cultura estabelecida por adultos. Para Corsaro (1997), a reprodução interpretativa, portanto, fornece base para uma nova sociologia da infância, substituindo modelos lineares de desenvolvimento social individual da criança por

modelos de visão coletiva e produtiva-reprodutiva. Assim, as crianças participam espontânea e ativamente das culturas da infância e também do adulto.

Em um estudo mais recente sobre a sociologia da infância e suas origens, Montandon (2001) discorre sobre o nascimento desse campo teórico e percorre o caminho traçado por diversos autores na área, demonstrando a importância de se considerar as experiências das crianças e seus pontos de vista sobre os mais diferentes fenômenos sociais e, por outro lado, demonstra como a infância foi pouco estudada pela sociologia.

Segundo a autora, os primeiros sociólogos que escreveram sobre a infância tiveram publicações a partir dos anos 20, especialmente nos Estados Unidos. Porém, após este período houve um declínio nos estudos da infância, que voltam a ter destaque e interesse somente depois de 1960. Mesmo assim, os estudos da sociologia sobre a infância, nessa época, estiveram somente em torno do processo de socialização (portanto, considerando a perspectiva dos adultos) e, somente após os anos 80 de fato os estudos sociológicos da infância se ampliam (Montandon, 2001).

No final do século XX, portanto, Montandon constata que os trabalhos sociológicos da infância se multiplicaram, bem como as revistas acadêmicas especializadas no tema (MONTANDON, 2001, p. 36). Nesse sentido, a autora utiliza de categorias elaboradas por Frones (1994) e que definem os quatro grandes temas investigados nesse campo de estudo.

Lendo os múltiplos trabalhos que os sociólogos realizaram nesses últimos anos sobre as crianças, é surpreendente constatar, de um lado, a predominância do empírico, e de de outro, a grande diversidade de questões exploradas. Para apresentar uma parte delas, vou distinguir, seguindo Frones (1994), quatro grandes categorias temáticas: os trabalhos que tratam das relações entre gerações; aqueles que estudam as relações entre crianças; que abordam as crianças como um grupo de idade e, finalmente, que examinam os diferentes dispositivos institucionais dirigidos às crianças. (MONTANDON, 2001, p.36 apud FRONES, 1994)

Por fim, a autora discorre sobre os estudos da infância enquanto grupo social, e, segundo ela, “os sociólogos que trabalham nessa perspectiva apontam as questões mais controversas e difíceis de resolver, mas cruciais para o reconhecimento de uma sociologia da criança para a comunidade sociológica” (MONTANDON, 2001, p. 47).

Em análise semelhante sobre os percursos da sociologia da infância, Sirota (2001) analisou como as mudanças no campo da sociologia modificaram a própria maneira de se enxergar a infância. Assim como Montandon (2001), a autora discorre sobre a emergência do tema no início do século e depois de seu desaparecimento, ressurgindo somente no final do século XX. Sirota (2001, p.9) argumenta que a sociologia da infância assume as crianças como

atores sociais, em oposição a uma concepção da infância que foi considerada como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições. De acordo com a autora, essa nova definição vai de encontro com um movimento geral da sociologia, que volta suas atenções para o ator, dialogando com as abordagens construcionistas, com a redescoberta da sociologia interacionista e com a fenomenologia, que contribuem para uma revisão crítica acerca dos processos de socialização. Tal revisão leva a uma reconsideração das crianças como atores e não objetos, criticando também as definições funcionalistas que existiam antes perante este grupo social (SIROTA, 2001, p.10). Ao discursar sobre a importância da emergência da sociologia da infância, Sirota (2001) questiona, ainda, se esse campo poderia ser diferente ou específico da sociologia da educação, uma vez que muitas vezes, ambos estudam as crianças. De toda forma, a autora assume que é necessário haver, pelo menos, um diálogo entre os dois campos, mas que a “desescolarização” (SIROTA, 2001, p. 27) da abordagem das crianças é necessária, pois a análise de pesquisas na área da infância não pode ficar restrita somente a análises da institucionalização.

Nesse mesmo entendimento sobre a importância da participação de crianças na sociedade, como indivíduos e não somente vinculadas a instituições, Fernandes (2005 *apud* Landsdown, 1994), Alderson (1995), Franklin (1995) e Smith (1997) afirmam que tomar decisões para e sobre crianças numa perspectiva de adultos, pode acarretar em processos de injustiças. Os adultos têm suas interpretações próprias sobre as necessidades infantis, por isso é um risco legislar e decidir pelas crianças, sem nenhuma participação delas. No mesmo sentido sobre os perigos da visão adultocêntrica em relação às crianças, Reis (2015) aponta:

[...] a questão que se coloca, ainda, é que se queremos decifrar os enigmas da infância nas concepções contemporâneas, resta saber se as crianças compartilham os mesmos significados entre si e se, no caso afirmativo, o fazem de forma semelhante à dos adultos e ainda quais seriam as razões por que compartilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados? (REIS, 2015, p. 185).

Em acordo com os autores mencionados, nesta dissertação, considera-se a importância de se escutar as crianças sobre as questões que as afetam diretamente, a partir de análises que considerem suas percepções a respeito de diferentes temáticas da sociedade. Assim, serão analisados seus pontos de vista sobre um fenômeno tão complexo como a violência, em especial quando essa assume a característica de ser realizada contra o público infantil, tão subjugado historicamente.

2.2 Violência e Violência contra Crianças e Adolescentes

2.2.1 *Categorias de Violência*

Para iniciar essa seção, entendemos que seja preciso discorrer sobre o fenômeno da violência em si e, após esse entendimento, adentrarmos nas especificidades sobre a violência contra o público infantil. Nesta primeira subseção pretende-se, portanto, estabelecer bases conceituais sobre a violência, sem a pretensão de esgotar o assunto, que é extenso e inclui diversas nuances.

Uma das definições clássicas sobre a natureza da violência encontra-se na obra de Arendt (1985). Segundo a autora, a ciência política, até pouco tempo, não distinguia palavras-chave como poder, força, vigor, autoridade e violência, entretanto, a violência passa a se distinguir por seu caráter instrumental, ou seja, tem necessidade de justificação por razão de outra coisa. A autora afirma que a violência “[...] está próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (ARENDT, 1985, p. 25). Ainda na concepção de Arendt,

[...] a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos (ARENDT, 1985, p. 129).

Em outra perspectiva, Chauí (1999) entende que violência é “tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser, contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém” (CHAUÍ, 1999, p.3). É também todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa que é considerada positiva por uma sociedade. Assim, a autora resume:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Para Galtung (1969), principal fonte utilizada neste trabalho para entendimento das categorias de violência, essa se configura quando um ser humano é influenciado e impedido de tal maneira que não consiga realizar suas potencialidades. Para o autor, a violência não pode ser definida por apenas um conceito específico, mas sim deve ser abrangente, comportando dimensões diversas e não apenas uma lista de acontecimentos ou danos indesejáveis. Assim Galtung (1969) define, inicialmente, duas categorias de violência: violência pessoal (ou direta) e violência estrutural (ou indireta).

A violência pessoal ou direta é aquela física ou verbal, visível e identificável nas formas de condutas humanas, que implica numa relação direta de uma ação violenta com o propósito de agredir, ofender ou eliminar, numa relação entre os agentes da violência e os destinatários da mesma. Existe uma ação especificada, uma tarefa a ser realizada e pessoas disponíveis para executá-la. Pode ser analisada com foco nas ferramentas utilizadas, começando com o próprio corpo humano, prosseguindo para todos os tipos de armas. Outra abordagem de análise usaria a forma de organização, desde uma pessoa cometendo dano de forma solitária, até em grupos e terminando com organizações de guerrilhas, por exemplo. Galtung construiu então, uma tipologia de violência pessoal focada no ser humano observando tanto a anatomia do corpo humano, quanto a psicologia, como demonstrado:

QUADRO 1
Tipologia da Violência Somática Pessoal de Galtung

Focado na anatomia	Focado na fisiologia
1. esmagar (luta de punhos, catapultas) 2. rasgar (pendurar, esticar, cortar) 3. perfurar (facas, lanças, balas) 4. queimar (incêndio criminoso, chama, atirador) 5. envenenar (em água e comida, em gases) 6. evaporar (como na explosão nuclear)	1. negação de ar (sufocamento, estrangulamento) 2. negar água (desidratação) 3. negação de comida 4. negação de movimento a. por restrição corporal (correntes, gás) b. por restrição de espaço (prisão, detenção, exílio) c. pelo controle do cérebro (gases nervosos, 'lavagem cerebral')

Fonte: GALTUNG, 1969, p.174, tradução nossa¹

Sobre a segunda categoria de violência, Galtung (1969) expõe que está relacionada a uma forma indireta, consta nas estruturas sociais, sendo, portanto, chamada de violência

estrutural ou indireta. Sua manifestação é invisível, porém suas consequências também causam imensos danos violentos. A fórmula geral ou chave para a identificação desse tipo de violência, segundo o autor, é a desigualdade, que se relaciona diretamente com a injustiça social. Assim, está associada à distribuição de recursos, à exploração, à discriminação e à marginalização. Sendo invisível, segundo o autor, não é possível traçar uma tipologia como da tabela 1, sobre a violência pessoal. Sobre a acepção dos dois tipos, compara:

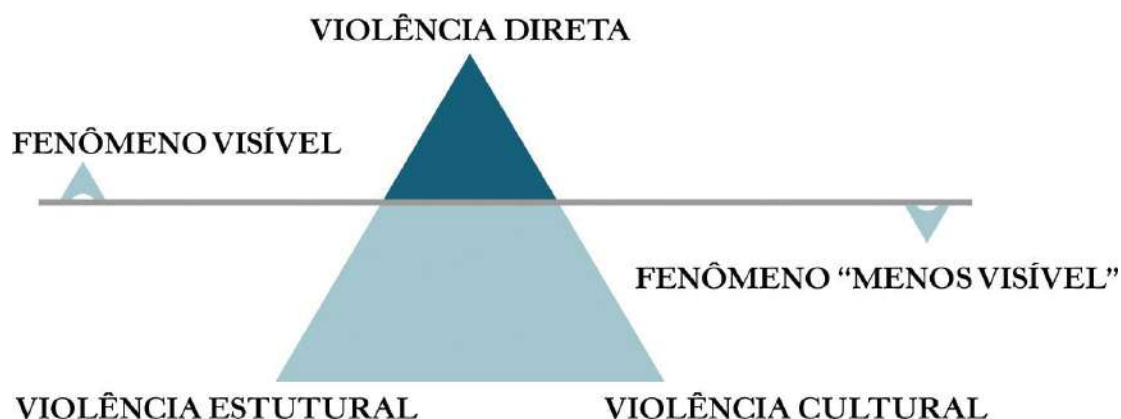
[...] nós nos referiremos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. Em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por meios de estratégias de cenoura e porrete. Mas enquanto no primeiro caso essas consequências podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo. Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano a outra na estrutura. (Galtung, 1969, p. 171, tradução nossa¹)

O terceiro tipo de violência mencionado neste trabalho e concebido por Galtung (1990) foi reconhecido pelo autor mais de 20 anos depois, quando propõe, em seu artigo “*Cultural Violence*” (1990), o conceito de violência cultural que se identifica com violações relacionadas diretamente aos traços culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, sociais ou religiosas. Portanto, são atitudes, argumentações, incitações, acusações e, sobretudo, quaisquer aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência – seja da forma direta ou estrutural – de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração ou repressão como fatos normais (GALTUNG, 1990). Segundo o autor, elementos culturais como educação, meios de comunicação, arte, ciência, religião e ideologia fazem parte da formação, construção ou reconstrução de valores, ideias e normas de uma sociedade. Assim, são capazes de influenciar, direcionar e moldar a construção da realidade social, seja em âmbito pessoal ou coletivo, contribuindo para a internalização e aceitação da violência cultural. A cultura pode, também, condicionar as pessoas a não perceberem determinadas situações sociais, como a repressão ou a exploração.

A partir desses três tipos de violência, pode-se citar o “triângulo da violência de Galtung”, utilizado por alguns autores, como Palhares e Schwartz (2015). Embora o próprio Galtung (1990) descreva em palavras os detalhes desse triângulo, não utiliza o recurso de transformá-lo em uma imagem. Utilizo aqui, portanto, ilustração de Palhares e Shwartz (2015):

¹ Original em inglês.

FIGURA 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung



Fonte: PALHARES, SCHWARTZ, 2015, p. 21.

A partir dessas conceituações, para os fins desta pesquisa faz-se necessário entender de que forma a violência afeta crianças e adolescentes e quais as consequências em seu desenvolvimento e para a sociedade. Segundo Gomes e Santos (2008), entender a relação entre a violência cotidiana e as suas consequências tornou-se um desafio da sociedade como um todo, principalmente pelo fato de que jovens moradores de bairros populares, em situação de pobreza, são os mais envolvidos e afetados pela violência. Para os autores, a violência pode ser um mecanismo de defesa, ou seja, a consequência sobre uma violação que se sofre, ou pode ser realizada intencionalmente, o que também configura o caráter de complexidade do fenômeno. A fim de entender essa dinâmica e as diversas variáveis sobre tal fenômeno, adentraremos na revisão das categorias de violência contra crianças e adolescentes.

2.2.2 Violência contra Crianças e Adolescentes

Embora muito se tenha caminhado na trajetória dos direitos da infância e sobre o papel da criança na construção social, Minayo (2001) argumenta que, do ponto de vista ideológico, “[...] há estudiosos que divergem da ideia de que sejamos hoje mais respeitosos com as crianças do que nos séculos passados” (MINAYO, 2001, p. 93). A autora se embasa em Guerra (1996), para afirmar que “[...] em nossa época, tão ciosa de sua própria racionalidade, continuamos matando e mutilando crianças e as submetendo à fome” (MINAYO, 2001, P. 93). Essas observações podem ser relacionadas às discussões que existem sobre a violência contra crianças, fenômeno mundial, persistente, endêmico e com diversas conceituações e classificações. Para a autora, embora a violência seja um fenômeno de difícil apreensão devido

à sua subjetividade, polissemia e controvérsia, há também que se considerar as formas e expressões do fenômeno. Na perspectiva da violência contra crianças e adolescentes, define:

[...] violência contra a criança e o adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (MINAYO, 2001, p. 92)

A violência contra crianças e adolescentes, de acordo com Minayo, acompanha a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos de que se tem registro, e também são muitas as formas como se expressam, em diferentes culturas. Por exemplo, de acordo com a autora, “[...] a eliminação de crianças e adolescentes é dos temas mais citados na história, abrangendo o infanticídio (crianças pequenas mortas pelos pais) e os homicídios” (MINAYO, 2001, p. 92). A prática do infanticídio era normalizada pelas sociedades antigas, portanto os pais poderiam “escolher” se renegariam os filhos que nasciam ou se os manteriam vivos, em suas famílias (MINAYO, 2001, p. 92). De acordo com a autora, a violência contra crianças e adolescentes sempre esteve vinculada ao processo educativo. Em muitas culturas, a violência é considerada como forma de educar as crianças, respondendo a ações de desobediência e de rebeldia, por parte das crianças.

Minayo (2001) afirma que, no Brasil, podemos distinguir uma violência estrutural, cujas expressões mais fortes são a pobreza, o trabalho infantil, a existência de crianças vivendo nas ruas e em instituições fechadas; uma violência social, cujas mais vivas expressões se configuram na violência doméstica; uma violência delinquencial, na qual as crianças são vítimas e atores.

Ariés (1978) também menciona a violência contra crianças que ocorre desde tempos antigos, na forma de maus-tratos. O autor chama a atenção para o infanticídio, que foi tolerado até o final do século XVII, e que mesmo sendo um crime severamente punido, era praticado recorrentemente, e camuflado como acidentes. Como, por exemplo, crianças que morriam “naturalmente” asfixiadas na cama dos pais, ou seja, não se fazia nada para salvar as crianças que os adultos não queriam conservar.

O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito. (ARIÉS, 1978, p. 17)

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) oferece importante instrumento para que a sociedade e o Estado possam, reconhecendo o protagonismo desses sujeitos, buscar superar as formas de violência que prejudicam o seu crescimento e desenvolvimento e, portanto, o desenvolvimento social. O ECA prevê, em seu artigo 5º, que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). A legislação categoriza e define as situações de violência infantil como:

- I – violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;
- II – violência psicológica;
- III – violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não;
- IV – violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização (BRASIL, 2017).

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2019) tem classificações um pouco diferentes das que constam no ECA (BRASIL, 1990) e na legislação subsequente que o substituiu (BRASIL, 2017) sobre a violência contra crianças, dividindo esse tipo de violência em seis tipos, que podem ocorrer separada ou simultaneamente. O primeiro tipo são os *maus-tratos*, que se referem ao agente que comete a violência e envolvem qualquer tipo de violência (física, sexual e emocional ou negligência) realizada por pais, cuidadores ou outras figuras de autoridade em relação à criança. Inclui-se também a punição violenta. O segundo tipo é o *bullying*, que é um comportamento agressivo e indesejado por outra criança ou grupo de crianças que não são irmãos nem têm um relacionamento romântico com a vítima. Envolve danos físicos, psicológicos ou sociais repetidos e muitas vezes ocorre em escolas e outros ambientes onde as crianças se reúnem, além do ambiente online. O terceiro refere-se à *violência juvenil*, que é a violência realizada por crianças e jovens adultos entre 10 e 29 anos. Segundo a OMS, inclui o assédio e a agressão física com ou sem armas (como armas de fogo e facas) e pode envolver violência de gangues. O quarto tipo é a *violência por parceiro íntimo*, que envolve violência física, sexual ou emocional por um parceiro íntimo ou ex-parceiro da criança ou adolescente. Ocorre comumente contra meninas dentro de casamentos infantis e casamentos precoces e forçados. Já o quinto refere-se à *violência sexual*, que se refere ao tipo de violência realizada e inclui contato sexual não consensual concluído ou tentado e atos de natureza sexual

que não envolvam contato (como voyeurismo ou assédio sexual); atos de tráfico sexual cometidos contra alguém incapaz de consentir ou recusar; e exploração online. Por fim, há a *violência emocional ou psicológica*, que inclui a restrição dos movimentos de uma criança, difamação, ridicularização, ameaças e intimidação, discriminação, rejeição e outras formas não físicas de tratamento hostil. É interessante observar que as categorias propostas pela OMS incluem tanto as classificações quanto os agentes que cometem a violência bem como as manifestações da violência contra crianças, sem subdividi-las.

Na realidade brasileira, segundo Nunes e Sales (2016), a violência é um fenômeno social e também de saúde pública e tem maior exacerbação quando acontece na infância, pois provoca um impacto no desenvolvimento e tem repercussão no comportamento na vida adulta. Os autores conduziram um levantamento das evidências científicas sobre a violência infantil no cenário brasileiro, utilizando de uma revisão de literatura, tendo como fonte de pesquisa as bases de dados dos sistemas Lilacs e SciELO no período de agosto de 2013. A partir do processo de rastreamento realizado, inicialmente os autores identificaram 1.571 artigos em torno do tema e destes, 12 artigos foram analisados na íntegra. Quando os autores avaliaram a ideia central de cada artigo, verificaram o predomínio de três categorias: tipo de violência predominante contra crianças; perfil do gênero atingido pela violência; e o tipo de agressor. Os resultados demonstraram que, dentre as 12 publicações identificadas, seis mostraram a negligência como principal tipo de violência contra crianças, cinco discorreram que o sexo masculino é o gênero mais atingido pela violência contra crianças (ressaltando que esse resultado pode variar quando se leva em consideração um tipo de violência isoladamente) e dez afirmaram que a prevalência da agressão é perpetrada por algum membro do grupo familiar. Contudo, os autores consideram que para se estabelecer um valor fidedigno da prevalência do tipo de violência, é necessário considerar que os perfis de ocorrências sobre casos de violência podem variar conforme a fonte ou o local pesquisado, e que existem também dificuldades com relação à subnotificação. O estudo de Nunes e Sales (2016) observou que o local de maior procura para a realização das pesquisas, quando se trata de maus-tratos contra a criança, foi o Sistema de Notificação (33,3%), seguido pelos hospitais (25%). O tipo de pesquisa com maior publicação foi a do tipo quantitativa, incluindo as de natureza descritiva e exploratória e apenas um foi do tipo relato de experiência.

Também na perspectiva de entender a violência contra crianças na realidade brasileira, um estudo de Apostólico (*et al.*, 2012) buscou apreender as características da violência infantil em uma capital brasileira, realizando um estudo exploratório, descritivo, retrospectivo, de abordagem quantitativa, em Curitiba/PR. Foram analisados os relatórios

referentes aos anos de 2004 a 2008 das notificações obrigatórias de escolas, hospitais, unidades de saúde que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para Violência da cidade. A Rede reúne as notificações dessas entidades para análise e divulgação de dados. Os resultados do estudo mostraram o aumento da violência a cada ano, sendo a violência doméstica a mais frequente, a faixa de 5 a 9 anos de idade a mais atingida e a negligência e violência física as formas mais notificadas. O estudo identificou que cerca de 81% da violência sexual é praticada contra meninas e o principal agressor é o pai, mostrando a desigualdade nas relações de gênero e geração. As autoras destacam que a violência deve ser analisada e intervista em três dimensões, que segundo elas, configuram os fenômenos sociais:

Na *dimensão estrutural*, que estão as políticas (nacionais e internacionais) de atenção à saúde da população que tomam a violência tema, na *dimensão particular*, a partir de programas locais e protocolos que buscam instrumentalizar profissionais e esclarecer a população sobre a relevância e urgência na atuação frente à temática e na *dimensão singular*, relacionada aos processos individuais ou aos grupos homogêneos, onde se verifica a violência alterando a estrutura familiar, modificando relações e transformando o desenvolvimento de crianças e adolescentes frente a uma realidade de desigualdades sociais, falta de acesso a direitos e pouco ou nenhum exercício da cidadania (APOSTÓLICO *et al.*, 2012, p. 5).

Segundo as autoras, em cada uma e entre as três dimensões é possível encontrar importantes contradições e nelas perceber os pontos vulneráveis para a intervenção e transformação da realidade. Em conclusão, ressaltam que

[...] a violência contra crianças é fenômeno determinado por relações desiguais de gênero e geração. Nessas categorias, os elementos fundadores de ordem biológica, o sexo e a idade, são com frequência destacados para justificar e naturalizar, ideologicamente, o poder e a dominação. Têm em comum serem atributos naturais com significados sociais, organizados por privilégios e desigualdades (APOSTÓLICO *et al.*, 2012, p.5).

Também buscando entender a violência contra crianças em contexto local e municipal, observando as perspectivas sociais e da saúde, Silva (*et al.*, 2011) investigaram os traumas maxilofaciais em crianças e adolescentes decorrentes da violência urbana em Belo Horizonte/MG. O estudo foi conduzido no Hospital Municipal Odilon Behrens, único hospital municipal de referência nesse tipo de atendimento em Belo Horizonte. Coletaram-se os registros de vítimas atendidas de janeiro a dezembro de 2007. Os resultados demonstraram que o principal tipo de violência sofrida entre crianças e adolescentes vítimas de violência urbana foi a agressão física, o que confirma, em relação aos estudos anteriormente citados, que os tipos predominantes de violência contra crianças têm relação com as fontes e locais pesquisados. No estudo, o gênero mais vitimado quanto à violência urbana foi o masculino. Em conclusão, os

autores citam que o predomínio dos casos de agressão física como consequência de violência urbana contra crianças e adolescentes coincidem com outros estudos que demonstram que a violência urbana atinge principalmente jovens do sexo masculino. Ressaltam que estratégias apropriadas para identificação dos eventos de violência e a identificação do agressor são necessárias para que mecanismos de proteção a crianças e adolescentes sejam mais bem planejados nesses contextos.

Em outra perspectiva sobre a violência contra crianças, Gomes e Fonseca (2005) consideraram a percepção de cuidadoras de uma Instituição de Educação Infantil e professoras de uma Escola de Ensino Fundamental sobre esse fenômeno, investigando os conceitos das cuidadoras acerca da violência infantil, bem como a conduta por elas adotada frente a essas situações. Os dados foram coletados em agosto de 2004, por meio de entrevista semiestruturada, gravada e transcrita. Segundo os autores, “Constatou-se que as informantes reconhecem violência tanto física quanto psicológica na interação família e crianças, bem como das crianças entre si e se referem a negligência como forma de violência” (GOMES; FONSECA, 2005, p. 32). Quanto à atuação das cuidadoras e professoras, ou seja, perante seus próprios comportamentos, as autoras perceberam uma naturalização da violência por parte das cuidadoras e professoras, ao justificarem suas atitudes como consequência do comportamento das crianças. Segundo o estudo, apenas uma das informantes reconheceu que participa da violência quando se omite tais situações, portanto os resultados fornecem subsídios para estudos e intervenções frente a situações de violência contra crianças e adolescentes em instituições. Nas conclusões, as autoras consideram que, sendo a violência incorporada como *habitus*, conceito formulado por Bourdieu (2011²) e explicado adiante nesta dissertação, sua manifestação é quase inconsciente para os agressores e agressoras.

Um estudo realizado por Costa (*et al.*, 2017) estimou a prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes, registradas em Conselhos Tutelares da cidade de Feira de Santana/BA, e a associação dessas violências por faixas etárias das vítimas e vínculo com agressores, nos anos de 2003 e 2004. O domicílio foi o local mais apontado para a ocorrência de todos os tipos de violência, em todas as faixas etárias, com exceção da exploração sexual (onde ocorrem trocas comerciais). Todas as faixas etárias da infância e adolescência foram vitimadas, mas o estudo observou uma predominância maior entre 2 e 13 anos de idade, com proporções equivalentes entre os sexos. As formas de violência mais prevalentes foram a negligência, a violência física e a violência psicológica. Segundo os autores, no Brasil, a

² Original publicado em 1979.

violência estrutural contribui com o desenvolvimento da violência interpessoal, pois interfere na dinâmica e no modelo familiar.

Também frisando a relação das questões estruturais com a violência, para Gomes e Santos (2008), “a opressão contra a criança e o adolescente ocorre de múltiplas formas, algumas explicitamente brutais, outras por mecanismos institucionais, psicológicos e pela própria negação da sua capacidade e competência” (GOMES, SANTOS, 2008, p. 102). Para os autores, ser jovem em nossa sociedade é sobreviver em meio a desafios, uma vez que nem todos têm as mesmas oportunidades na dinâmica do modelo capitalista.

Assistimos cotidianamente noticiários que denunciam agressões contra crianças e adolescentes, negros, violações dos direitos humanos, crimes de racismo, preconceito contra homossexuais e algumas minorias. Crimes como o cometido por um grupo, no qual havia um adolescente, que acabou por vitimar o garoto João Hélio de apenas sete anos de idade, arrastado em um carro pelas ruas do Rio de Janeiro por mais de 8 km, causando perplexidade pelo espetáculo de barbárie. Ao mesmo tempo vem ganhando notoriedade na mídia falada e escrita a participação de jovens em roubos, sequestros e homicídios. O aumento da histeria social e da violência carrega consigo relações de classe, raça e gênero (GOMES e SANTOS, 2008, p. 102).

Também é importante citar, mesmo que brevemente, o fenômeno da violência que é cometida pelas próprias crianças. Nesse tema, a criminalidade muitas vezes é apontada como fator de preocupação para a sociedade, tornando-se um problema social tanto por influenciar crianças a reproduzir e a executar violência quanto por elas serem vítimas. Segundo Adorno, “[...] a presença de jovens no mundo do crime e da violência revela duas faces de uma mesma moeda: como autores e vítimas da violência” (ADORNO *et al.*, 1999, p. 65) e tal problema social tem polarizado opiniões sobre as causas e soluções para a delinquência juvenil. Segundo os autores, desde a sua promulgação, o ECA (BRASIL, 1990) vem sendo objeto de ampla polêmica pois é tido tanto como instrumento eficaz de proteção e de controle social, quanto um instrumento legal que aumenta a criminalidade juvenil. De acordo com essa última linha de pensamento presente na sociedade, as crianças e os jovens que cometem crimes não são punidos ou, quando o são, as medidas socioeducativas são brandas comparativamente à gravidade das ocorrências policiais, entre as quais roubos, homicídios, estupros, tráfico de drogas, porte de armas. As imagens veiculadas pela imprensa reforçam, muitas vezes, a perpetuação desse pensamento.

[...] de fato, um rápido exame das sondagens de opinião pública indica que o crime constitui, na atualidade, uma das principais preocupações na agenda dos mais urgentes problemas sociais com que se defronta o cidadão brasileiro. Não são poucos aqueles que têm uma história a ser contada: já foram vítimas de alguma ofensa criminal, especialmente furtos e roubos. Nesses acontecimentos, não é raro apontar-se a

presença de jovens. As imagens veiculadas pela imprensa e pela mídia eletrônica, cada vez mais frequentes e cotidianas, pintam cenários dramáticos com cores muito fortes: a de jovens, alguns até no limiar entre a infância e a adolescência, audaciosos, violentos, dispostos a tudo e prontos para qualquer tipo de ação, inclusive matar gratuitamente. (ADORNO *et al.*, 1999, p. 62)

De acordo com os autores, uma maneira de abordar o assunto que relaciona adolescentes e violência é através de suas causas, mesmo sendo esse um dos terrenos mais sujeito a debates influenciados por questões político-ideológicas: “Muitos estudos buscam entender as variáveis que, isoladas ou associadas entre si, responderiam por estímulos à delinquência juvenil” (ADORNO, *et al.*, 1999, p.62). Os autores citam cinco conjuntos de causas para a violência juvenil:

[...] influências individuais relacionadas à biografia pessoal, à inserção em grupos, ao desempenho de lideranças, ao emprego do tempo livre e à saúde mental; influências familiares associadas, entre outros aspectos, aos conflitos entre pais e entre pais e filhos, ao suporte financeiro e à educação proporcionados por pais e parentes, à iniciação sexual e à gravidez precoces; influências escolares que incluem não apenas inserção e participação regular nas atividades, como também em programas especiais, tais como os de prevenção ao consumo de drogas e álcool; influências dos grupos de pares, particularmente inserção em gangues e quadrilhas tanto quanto menor participação em atividades desportivas, menor dedicação ao trabalho voluntário, menor frequência a programas de mediação e resolução de conflitos; influências da vida comunitária, inclusive presença em áreas como sejam zonas que sediam o tráfico de drogas, o contrabando de armas e o comércio de produtos roubados, a exploração da prostituição. (ADORNO *et al.*, 1999, p.65)

Pode-se entender que a criminalidade e a delinquência são, portanto, violências que decorrem da violência estrutural, como também apontado por Minayo (2001). Para a autora, numa sociedade com tantas desigualdades como a brasileira, as delinquências infantis e juvenis precisam ser analisadas sob essa ótica da violência estrutural, pois têm causas associadas à pobreza, à classe social e às suas consequências. A autora informa que, nos anos de 1995 e 1996, haviam no Brasil 4.245 adolescentes privados de liberdade e, observando as informações sobre renda familiar, 25% deles provêm de famílias que recebem menos de um salário mínimo e 34,2% entre 1 e 2 salários mínimos, comprovando a origem social mais pobre dos indivíduos internos em instituições. É por isso que propõe tratar tais temas articulados à violência estrutural, inclusive porque costumam ser usados como álibis para extermínios, execuções e homicídios.

Por exemplo, segundo Minayo (2001), um estudo conduzido pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), que informa as ocupações de jovens vítimas de homicídios em 1992 e 1993 no Rio de Janeiro identificou que eles tinham ocupações como estudantes, aviões/traficantes, e assaltantes, mas que 60% dos mortos não tinham nenhuma vinculação com a criminalidade, ou seja, eram simplesmente crianças e adolescentes

pobres. Nesses casos, segundo a autora, soma-se ao preconceito a situação da dificuldade dos jovens em construir um projeto de vida estável, podendo levá-los a alternativas como o tráfico de drogas ou empregos inadequados. Segundo Minayo (2001), a delinquência cometida por crianças e jovens é muito menor do que a reação que é causada na sociedade contra esses indivíduos e por esses acontecimentos.

Da mesma forma, Carvalho (*et al.*, 2008) conduziram um estudo documental sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes, realizando uma busca sistemática de artigos e publicações entre 1982 e 2006, na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), base de dados que conta com mais de 1.300 revistas da área da saúde. Pelos dados encontrados, os autores assumiram que os jovens em situação de vulnerabilidade social têm sido tratados, constantemente, com medidas que variam entre medidas assistenciais, punição e negligência.

Frequentemente essa realidade de preconceitos e negligência também se reflete nas instituições, inclusive nas escolas, que podem se tornar potenciais locais de reprodução da violência entre os jovens e contra os jovens. Para entender quais são as ferramentas que podem prevenir essa realidade, uma pesquisa realizada por Leite (2008) buscou investigar a violência no ambiente escolar e a eficiência de projetos sociais. A pesquisa foi realizada analisando dados disponíveis do projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa”, realizado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para 81 escolas da rede pública de ensino, especialmente em contexto de alta vulnerabilidade social. Para realização da pesquisa, a autora escolheu uma dessas escolas, em Belo Horizonte/MG e utilizou levantamento de dados quantitativos e qualitativos, com a utilização de *survey*, entrevistas, questionários e observações do local (LEITE, 2008, p.1). Em seus achados, Leite (2008) relata que fica evidente o quanto o ambiente da escola investigada reflete os contextos de violência de seu entorno, tanto em sua localidade quanto nos alunos atendidos, o que se reflete em manifestações de violência, que se tornam comuns. Nas palavras da autora: “a presença de manifestações de violência é comum e atos que extrapolam o limite aceitável de indisciplina já estão incorporados ao cotidiano de professores e funcionários, mesmo daqueles que não moram nas imediações ou em regiões violentas” (LEITE, 2008, p.14). Além disso, a autora responsabiliza também essa violência pela situação familiar que muitos alunos vivem e relatam, permeadas muitas vezes pela violência em padrões de conduta, regras de convivência e transmissão de valores. Segundo Leite, muitas crianças relataram que foram abandonadas pelos pais, ficando a mãe sobrecarregada no cuidado dos filhos e trabalhando todo o dia para sustentar o lar. A autora conclui que essa situação leva

crianças menores a ficarem suscetíveis aos espaços das ruas, à falta de perspectivas para o futuro e, conseqüentemente, mais suscetíveis para o tráfico e o crime, com ambientes ainda mais violentos. Fica evidente, portanto, que as desiguais oportunidades oferecidas para crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza pode abrir as portas para a perpetuação de situações e padrões violentos.

2.3 Desigualdades, Pobreza e Violência

A desigualdade social é um fenômeno persistente com diversas causas, fatores e interpretações, além de diferentes conseqüências. Não se pretende aqui se esgotar esse assunto, mas como o presente estudo investiga a relação da pobreza com o fenômeno da violência infantil, pretende-se nessa seção adentrar na temática da desigualdade social como um fator que resulta em diferentes tipos de infância, violência e, conseqüentemente, na percepção de crianças sobre a violência.

Realizando uma breve introdução, é importante citar a contribuição de autores clássicos e fundamentais nesse tema. O conceito de desigualdade social, segundo Marx (1988³), ocorre como conseqüência da divisão de classes e entre aqueles que têm os meios de produção e aqueles que contam apenas com sua força de trabalho para a sua sobrevivência. A pobreza e a miséria seriam, portanto, criadas e reproduzidas pela propriedade privada dos meios de produção. Para Weber (1982⁴), entretanto, a desigualdade social é um fenômeno multifacetado que não depende exclusivamente de classes sociais, como para Marx, mas também de status e partido. O status compreende a análise do poder, prestígio e pertencimento social, para além das classes sociais em si. Já os partidos, para Weber (1982), representam estruturas sociais efêmeras ou duradouras, com interesses relacionados ao alcance ou manutenção do poder, determinando padrões de desigualdades entre grupos sociais, em termos de acesso a bens materiais e bens simbólicos (como o poder).

As teorias de Bourdieu (2011) ampliam as reflexões acerca da desigualdade social ao considerar um conjunto de diferenciações que interfere no modo de vida de um determinado grupo de pessoas, influenciando seu comportamento e sua forma de viver. Esse conjunto de características de diversos grupos é denominado *habitus* e está presente nas diversas

³ Original publicado em 1867.

⁴ Revisão do trabalho apresentado por Max Weber perante o Congresso de Artes e Ciência, na Exposição de St. Louis, em 1904.

estratificações e classes, resultando em estilos de vida que são, portanto, não somente consequências das classes sociais como também uma “distinção” entre elas. O conceito de *habitus* pode ser definido como um sistema de disposições para a ação. Relaciona a estrutura (social) e o agente (social), ou seja, a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, observando a relação entre essas variáveis e o determinismo (ou não) que existem nos indivíduos em suas formas de agir e de viver. Em outras palavras, as reflexões de Bourdieu trazem questões e inquietações acerca da liberdade da ação de um indivíduo ou se a estrutura social é capaz de determinar as ações individuais de cada um.

O *habitus* constrói-se no processo de socialização, ou seja, é na vivência em sociedade que a pessoa encontra recursos e disposições que determinam sua forma de agir, suas aptidões e interiorizações de suas vivências e formas de se comportar. Assumindo que o processo de socialização primária ocorre na infância, quando as crianças estão desenvolvendo suas capacidades para tornarem-se seres sociais, indivíduos submetidos a condições semelhantes de socialização, segundo Bordieu (2011), adquirem *habitus* semelhantes.

A partir da teoria do *habitus* de Bourdieu (2011), um estudo conduzido por Laureau (2003) apreende que as categorias sociais são úteis no entendimento dos comportamentos de crianças e famílias em diversas esferas. As práticas das famílias, especialmente em seu modo de lidar com a infância, são construídas a partir de suas classes sociais e isso reflete em diversas situações como a rotinas de vida das crianças, que são visivelmente distintas de acordo com as classes sociais a que pertencem. Mesmo quando as famílias não estão conscientes da existência das classes sociais, a posição social influencia em aspectos críticos como: utilização do tempo, formas de linguagem e rotina diária, o que impacta diretamente nas vivências e formas de aprendizagem das crianças.

Um conceito identificado em práticas de classes média e alta é o que Laureau chamou de *concerted cultivation*, ou seja, a criação planejada nas quais os pais fomentam e apoiam os talentos, opiniões e habilidades de seus filhos. Inscrevendo seus filhos para atividades, pensando junto deles sobre suas opiniões e rotinas e intervindo dentro e fora de casa no comportamento das crianças quando necessário. Ou seja, fazem um esforço deliberado para estimular os comportamentos das crianças, seu desenvolvimento e habilidades cognitivas e sociais. Já nas classes sociais menos favorecidas, de acordo com a autora, verificou-se que os pais percebiam/consideravam as crianças como se desenvolvendo espontaneamente, contanto que eles pudessem prover conforto, comida, abrigo e questões básicas de suporte. A autora chama esse processo de *accomplishment of natural growth*. Como resultado, as crianças tinham

mais autonomia e eram mais responsáveis por suas vidas fora de casa, mas havia menos diálogo com elas no sentido de ouvir suas opiniões e compartilhar orientações.

Apesar de diversas diferenças, a autora também elenca aspectos onde a classe social não interfere nas vidas familiares e das crianças. Episódios como risadas, conexão emocional, felicidades e sensação de conforto ao estar em família foram observadas em todas as classes. Os momentos de conexão emocional foram percebidos como significantes para todas as classes sociais, mesmo que se diferenciasssem por suas formas e pelas características de atividades que os proporcionavam. Todas as famílias observadas também tinham rituais e rotinas, bem como refeições e programas de televisão favoritos, brinquedos ou jogos considerados importantes, e outras experiências em comum. Embora o conteúdo desses rituais variasse conforme as classes sociais, o que não variava era que as crianças apreciavam essas experiências que provocavam nelas um senso de participação em uma família. Em todas as famílias encontrou também diferentes temperamentos e personalidades das crianças, independente das classes: extrovertidas e quietas, com senso de humor ou não. Hábitos como limpeza ou sujeira, bagunça ou organização também não variaram sistematicamente com relação a classes, bem como a sensação de estar em casa.

Apesar da existência de tais práticas compartilhadas, as classes sociais fizeram grande diferença nas rotinas diárias e atividades do dia a dia das crianças. Portanto, Laureau (2003) conclui que a classe social é um fator que influencia o *habitus*, ou seja, o estilo de vida das famílias e das crianças, mesmo em questões aparentemente não ligadas aos aspectos socioeconômicos ou às necessidades básicas de sobrevivência, como por exemplo: a rotina das crianças na família, os modos de criação, as formas de ensino e aprendizagem, vocabulário, tempo livre, entre outros.

No tema das diversas infâncias existentes devido à desigualdade social, também é importante discursar sobre o contexto brasileiro. De acordo com Azevedo e Sarat (2015), a história das crianças no Brasil precisa ser compreendida a partir de diferentes grupos de crianças, pois a educação desses grupos ocorreu de forma diferente e desigual, principalmente para populações em situação de pobreza e diversas vulnerabilidades no país. Segundo as autoras, a existência de desigualdades entre crianças nativas, escravizadas, filhas de senhores de engenho e outras realidades deu origem a diferentes vivências e segmentos da população que influencia as infâncias existentes até o dia de hoje. Para Mary Del Priore (2012), no século XIX, “a saída para os filhos dos pobres no Brasil não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos” (DEL PRIORE, 2012, p. 12). O acesso aos professores particulares

e à educação era possível somente para os filhos de elites, o que demonstra que, desde as suas origens o ensino não era para todos, somente para alguns.

Devido a esse contexto, segundo Azevedo e Sarat (2015), o processo educativo e civilizador das crianças tornou-se uma preocupação social apenas no final do século XVIII e ao longo do século XIX. No Brasil foi especialmente no século XVIII que criou-se o discurso sobre a educabilidade da infância, e a mesma como um momento da vida que deveria ser protegida. As crianças pobres, entretanto, continuaram tendo seus direitos negados, através da falta de oportunidades e da proteção adequada em seu entorno, sendo que elas são apontadas muitas vezes como causadoras de problemas como a própria violência. Para as autoras, o movimento médico-higienista que ocorreu no Brasil no final do século XIX e início do século XX atuou para combater os altos índices de mortalidade infantil, provenientes das práticas de abortos, abandono e infanticídio, porém estigmatizou as populações pobres, atribuindo os problemas advindos das condições de pobreza aos próprios indivíduos.

A população pobre estava sujeita às piores condições de vida em um sistema econômico que saía da escravidão e começava um incipiente período republicano no qual as relações de trabalho mudaram. Portanto, o alto índice de pessoas que viviam à margem da miséria, com péssimas condições de vida contribuíam para este quadro a ser combatido pelas elites medico-higienistas (AZEVEDO e SARAT, 2015).

Adentrando no contexto atual, de acordo com Barros (*et al.*, 2000), no Brasil, os 20% mais ricos têm uma renda média 30 vezes maior que os 20% mais pobres. E segundo Rosemberg (2006), a desigualdade social no país é histórica e estrutural, e não circunstancial. Para a autora, essas desigualdades apresentam tendências: os segmentos sociais de menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas, menor participação política e, portanto, tais desigualdades são persistentes. Ainda de acordo com Rosemberg, as famílias que têm crianças de 0 a 6 anos no Brasil são as que têm maior percentual de pobres e indigentes (extrema pobreza). Assim, entender as relações entre os conceitos de desigualdade social, pobreza e violência pode ser fundamental na busca das causas de violências contra as crianças brasileiras.

De acordo com Hagenaars e De Vos (1988), todas as definições de pobreza podem ser categorizadas em: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. Quando a pobreza é mais acentuada do que um mínimo predefinido (ex: linha de pobreza baseada em um valor monetário mínimo), configura-se como pobreza absoluta. Quando se tem menos do que outros em uma mesma sociedade, configura-se em pobreza relativa, e quando não se sente que se tem o suficiente para seguir adiante, pobreza subjetiva.

Para Januzzi (*et al.*, 2014), no âmbito conceitual e metodológico da pobreza monetária, um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido, o que os autores denominam linha de pobreza, que representa o valor da soma de todos os produtos e serviços básicos para necessidades de sobrevivência e consumo. Além da linha de pobreza que caracteriza o acesso à subsistência básica, se os recursos de um indivíduo não forem suficientes para a aquisição da cesta de alimentos necessários ao consumo calórico diário mínimo, o indivíduo é considerado em extrema pobreza. Os autores consideram, entretanto, que as decisões na definição de linhas de pobreza e extrema pobreza, no tratamento e na computação da renda disponível ou na escolha dos métodos da pesquisa podem conduzir a estimativas muito diferentes de população nessas situações. Portanto, destacam que, para fins de avaliação de programas públicos na temática, cada modo de definir e medir a pobreza deveria refletir o desenho de políticas e programas específicos escolhidos.

Para Amartya Sen (1999) a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um limite mínimo. O autor define como “capacidade” a liberdade para ter estilos de vida diversos, o que não é possível para o indivíduo que está privado de suas condições básicas. Nesse conceito, também utilizado pela Oxford Poverty and Human Development Initiative – OPHI (2011) a pobreza deve ser considerada em suas múltiplas dimensões, pois uma pessoa pobre pode sofrer várias desvantagens ao mesmo tempo - como problemas de saúde ou desnutrição, falta de água potável ou eletricidade, má qualidade do trabalho ou pouca escolaridade. Segundo o OPHI (2011), focar apenas um fator, como a renda, não é suficiente para capturar a verdadeira realidade da pobreza e medidas multidimensionais de pobreza podem ser usadas para criar uma imagem mais abrangente.

No que se referem às crianças e aos jovens pobres, “algumas caracterizações da pobreza são adicionadas e atribuídas a esse grupo social, a incidência da violência e da criminalidade” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p.2). Com isso, segundo as autoras, vão se configurando para os filhos da pobreza duas classificações: “a infância em perigo - aquela que ainda não delinuiu, mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p.2).

Em contraponto, segundo Espinheira (2008), nas sociedades urbanas contemporâneas a pobreza é um fator contribuinte para violência, pois o estado de privação das necessidades limita, frustra e revolta, especialmente quando essa situação vai de encontro a

características da juventude vinculadas à exclusão, à frustração e ao engajamento em atividades transgressoras com promessas de recompensa imediatas. Para a autora, tem-se como exemplo de recompensas imediatas o tráfico de drogas, furtos e roubos, o que deixa, segundo ela, muitos estudiosos na defensiva “por verem a pobreza como virtude e não como um ‘pecado social’, retirando os componentes de revolta ou mesmo de vingança” (ESPINHEIRA, 2008, p. 31). Afirmando a relação entre pobreza e violência, Espinheira (2008) faz um paralelo aos estudos de Durkheim (1977⁵) e afirma que a sociedade de consumo contemporânea aguçou mais ainda o desprendimento do ser de valores que dificulta o acesso a bens e serviços que facultem uma vida mais confortável e que incrementem o poder de consumo das pessoas, marcas inquestionáveis do sucesso social, objetivo de êxito por excelência. Nesse sentido, Merton (1970) aborda uma situação social avaliada como típica, quando ocorre a mal-integração da estrutura social com a cultural, pois a primeira exige um comportamento que a segunda dificulta e há uma tensão que culmina no rompimento das normas sociais.

Além da relação entre pobreza, violência e criminalidade, é preciso considerar também a relação entre pobreza e *exposição* à violência. Um estudo conduzido por Foster, Brooks-Gunn e Martin (2007), demonstrou que a pobreza e as desvantagens socioeconômicas nos ambientes da vizinhança e da família estão associadas a problemas comportamentais e emocionais de crianças e adolescentes. Segundo os autores, a pobreza e o status socioeconômico estão associados à exposição à violência na vida de crianças e jovens, o que, por sua vez, tem efeitos generalizados a curto e longo prazo nos problemas de comportamento e bem-estar desse público. O estudo teve como base as perspectivas de causalidade social e de seleção social, considerando as associações entre o status socioeconômico e os problemas de saúde mental, gerando hipóteses de pesquisa sobre as conexões entre o status socioeconômico, a exposição à violência e os problemas emocionais e comportamentais e o bem-estar das crianças ao longo da vida. No mesmo sentido, Howe (2012) afirma que crianças em situação de pobreza estão mais propensas a problemas de saúde mentais e físicos, pois famílias em situação de pobreza encaram mais situações de estresse e tensões com a função de parentalidade, uma vez que lutam para encontrar condições apropriadas e acessíveis para criarem seus filhos.

No âmbito das relações entre desigualdades, exposição à violência e pobreza, também não podemos deixar de citar a violência que atinge jovens em situação de pobreza, especialmente moradores de periferia e negros. No Brasil, 93,3% das vítimas de homicídios são

⁵ Original publicado em 1893.

jovens do sexo masculino, de 15 a 29 anos. Desse percentual, 70% são negros (WASELFSZ, 2015).

Segundo Castro e Abramovay (2002), várias são as situações que condicionam comportamentos violentos e que vitimam os jovens, em particular os que vivem na pobreza. A violência, em suas diversas facetas, é tema de análise, com ênfase em significados, manifestações e reações dos jovens, assim como o uso de drogas. No estudo conduzido pelas autoras, foram analisadas dimensões centrais na vida dos jovens de 15 a 24 anos, apreendidas em pesquisa coordenada pela Unesco, sob o título “Cultivando vidas, desarmando violências” (CASTRO, 2001). Foram analisados jovens que vivem em famílias com renda de até três salários mínimos per capita, sendo que muitos provêm de famílias de pais e mães desempregados; alguns já passaram pela experiência de viver na rua ou estarem envolvidos em atos de delinquência.

Todos estavam, quando da pesquisa de campo, frequentando projetos/experiências que investiam em educação para a cidadania, atividades de lazer, de profissionalização em comunicação e informática, ou participavam de atividades artísticas e culturais, todas voltadas tanto para o direito de acesso a bens culturais como para a formação de valores contrários à violência, além de terem como expectativa afastar os jovens de situações de risco. As autoras buscaram reunir informações sobre diversas dimensões do cotidiano da vida dos jovens em situação de pobreza: trabalho, exclusões quanto a bens culturais e oportunidades de lazer e racismo, com a intenção de evitar informações somente sobre a violência que mata e fere os jovens. De acordo com Castro e Abramovay (2002), é fundamental ter em mente a sobrevivência física e a qualidade de vida das populações pobres e, dentro dessas populações, a singular vulnerabilidade social negativa dos jovens.

Nos resultados do estudo, que, portanto, englobam diversas esferas da vida de jovens, encontram-se destaques relacionados a esta dissertação. Considerando a violência doméstica, muitos dos jovens tiveram contato com a violência de forma direta ainda no ambiente familiar. Os coordenadores dos projetos chamam atenção para o fato de que muitos dos meninos que foram encontrados nas ruas terem deixado as famílias por serem vítimas de maus-tratos pelos próprios pais. Para as autoras, a exposição a atos de violência no âmbito doméstico destruiria a autoestima dos jovens, que se encontrariam inseguros e sem referências, já que os pais seriam os agressores, seus algozes. A violência doméstica seria um elemento desencadeador do que poderia ser denominado cadeia de violências ou reprodução de violências: pais e mães violentos que têm os filhos como suas vítimas que, por sua vez, se tornariam violentos, fazendo outras vítimas.

Quanto à criminalidade e ao tráfico de drogas, o estudo conclui que o envolvimento com o tráfico de drogas pode estar relacionado com o financiamento do próprio vício, porém, mais frequentemente, no ambiente de exclusão social que sofrem as comunidades, a atividade no tráfico é uma via para a satisfação de aspirações dos jovens, especialmente aquelas que visam o consumo, e para as quais a sociedade não os oferece oportunidade. Para esses jovens, o tráfico representa a possibilidade de atingir um status social e obter respeito. O traficante é visto como um indivíduo respeitado, que possui poder e dinheiro, algo quase inatingível em uma comunidade de baixa renda. No imaginário de vários jovens, é o traficante quem zela pelo bem-estar da comunidade, na medida em que faz benfeitorias (muitas vezes substituindo o papel do Estado). Acima de tudo, é quem os respeita como cidadãos. Em contraponto a este tema das benfeitorias do tráfico para a população, Machado da Silva e Leite (2008) caracterizam a vida nas comunidades dominadas por facções e tráfico como “vida sob cerco”, fazendo uma comparação e referência a uma espécie de “confinamento” dos moradores, em termos sociais, políticos e territoriais, que impedem a normalidade em suas rotinas e dificultam o acesso à políticas públicas diversas, participação social, devido ao medo e preocupação com o domínio exercido pelos traficantes.

A respeito da violência institucional, os relatos do estudo de Castro e Abramovay (2002) apontam para abuso de autoridade por parte de membros da justiça e do aparato policial. Os jovens se dizem vítimas de maus-tratos dos policiais, por isso não os percebem como agentes da sua segurança. Pelo contrário, para eles, na melhor das hipóteses, polícia e bandido são imagens que se confundem. Quando questionados a respeito do que mudariam no mundo, muitos respondem que acabariam com a polícia. Para as autoras, quando os jovens são vítimas da violência policial essa produz sujeitos ainda mais violentos, pois causa a revolta nos jovens e os induz a reproduzir este ciclo.

Segundo Machado e Noronha (2002), a violência policial contra indivíduos e grupos, como citada no estudo acima, é também chamada de violência oficial, e é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas, mas varia conforme o grau de tolerância, governamental ou popular, levando a que, em certos lugares, haja mais vigilância sobre a ação policial do que em outros. Essa variação de comportamentos, da polícia e do público, se refere a quatro aspectos fundamentais: a orientação governamental no uso da violência; a consciência de cidadania; o nível de aceitação social da violência para resolver conflitos; e o padrão de relacionamento entre governo e população visando regular a cidadania e possibilitar o controle social sobre os órgãos governamentais (MACHADO; NORONHA, 2002). Segundo os autores, a violência oficial está ligada à violência estrutural, pois se manifesta a partir das desigualdades

sociais, mas não pode ser reduzida somente a esse aspecto. Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial. Importante destacar que, segundo os autores, o aparelho policial adotou, nas últimas décadas, uma orientação violenta que, prescindindo de mediações legais, vem causando um alto número de mortes de pessoas predominantemente jovens do sexo masculino, com idade variando entre 15 e 29 anos, pobres, moradores de periferia e negros.

Para analisar a incidência de violência policial em classes populares urbanas, os autores realizaram observação direta ao longo de três anos e entrevistas aprofundadas, com representantes de associações de moradores e outras organizações comunitárias na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA. Os estudos evidenciaram relações contraditórias da população com as forças policiais que, com o argumento de combate ao crime, acabam cometendo diversos abusos.

Também de acordo com os autores, conquanto as atribuições de responsabilidade pela violência interpessoal se concentrem nos "marginais" e policiais, a família e a vizinhança não constituem instâncias isentas de agressões. Ao lado de valores como solidariedade e amizade, que ajudam a resolver dificuldades práticas e contribuem para criar sentimentos de identidade, a violência projeta a sua sombra sobre a vida social. Durante o processo civilizador, os indivíduos e grupos são levados a estabelecer controle sobre suas emoções agressivas, mas nas situações de exclusão social este processo pode ser paralisado e em lugar de uma reversão das emoções agressivas, o que se tem é uma persistência de valores que cultuam a força como meio de agressão ou defesa. (MACHADO; NORONHA, 2002).

Ainda segundo Machado e Noronha (2002), outras dimensões corroboram com o comportamento violento em famílias em situação de pobreza. O tamanho reduzido das habitações que favorece a sobreposição de papéis, sobretudo no caso de famílias extensas, nas quais casais jovens e mulheres separadas são obrigados a morar com os pais. Essa situação pode gerar conflitos, fazendo com que a agressão se desenvolva como um meio de possibilitar a separação de papéis e individualização dos membros da família. Nestas circunstâncias, a socialização dos filhos oscila entre os polos da permissividade e da repressão e a falta de limites se expressa na atitude de não acompanhar o comportamento dos filhos. Como consequência do envolvimento dos pais na tarefa de sobreviver, da ausência do pai e sobrecarga das mães, os filhos ficam muito tempo sozinhos, entregues aos cuidados de irmãos apenas um pouco mais velhos do que eles, ou pessoas idosas que não estão preparadas para assumir este encargo, o que também abre portas para situações de violências.

Entregues a si mesmas, as crianças fazem brincadeiras que motivam desentendimentos entre moradores em torno da autoridade para aplicar punições nos menores. Dada a precariedade do espaço físico, as crianças invadem o espaço do outro, danificam o espaço comum e, tal como os pais, não aceitam reclamações dos vizinhos. Por sua vez, estes acabam tomando as suas próprias medidas contra os filhosalheios, como ameaças, beliscões, puxões de orelha e outros castigos físicos que, ao chegarem ao conhecimento dos familiares, provocam brigas entre adultos, que exigem a intervenção da polícia para restabelecer a paz. (MACHADO, NORONHA, 2002, p. 197)

Esta falta de possibilidade de acompanhamento dos filhos fica mais grave quando as crianças entram na escola e precisam dos pais para enfrentar as dificuldades da aprendizagem. Para contribuir com a sobrevivência familiar, os pais podem colocar seus filhos menores para fazer trabalhos esporádicos, o que compromete a permanência destes na escola e torna as crianças mais expostas à chamada “cultura de rua” (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 197). Como a maior parte desses trabalhos é efetuado nos espaços públicos ou de circulação, as crianças entram em contato com estranhos que podem influenciar em condutas infratoras ou mesmo cometer violências contra elas. Segundo os autores, a falta de controle dos pais é maior naquelas situações em que a instabilidade familiar e o desemprego minam a autoridade.

Para conjurar estas situações, muitos pais empregam a violência dos espancamentos ou “surras” para mostrar que eles não abrem mão da sua autoridade. Este aspecto repressivo da socialização se torna mais crítico devido às notícias sobre jovens que, provenientes de famílias “direitas”, se envolveram com “marginais”. Tais notícias aumentam a desconfiança entre pais e filhos, gerando situações de tensão entre uns e outros, nas quais gestos banais e atitudes contornáveis dos filhos são tomados como provas de “descaramento” ou “falta de vergonha”, o que justifica novos excessos físicos e verbais. Parece haver um consenso de que se o jovem não tiver uma educação que inclua vigilância e surras, ele irá envolver-se com “gente ruim”, com o que “não presta”, com a criminalidade (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 198)

Os autores concluem que, em muitos casos, esses modelos de socialização somados às expectativas com relação aos jovens podem propiciar situações nas quais estes não aceitam conselhos familiares ou das instituições que frequentam e façam uso da violência em suas diversas manifestações, assim como a adesão de condutas censuradas como o uso de drogas ou o ingresso na marginalidade.

Estudos internacionais também buscam entender as relações entre pobreza e violência. Uma pesquisa da Universidade de Harvard realizada na cidade de Chicago (MANDUCA; SAMPSON, 2019) apontou que a alta exposição de crianças a ambientes agressivos é um dos principais fatores determinantes do impedimento de mobilidade social das crianças em situação de pobreza que vivem na cidade. Além de crescerem em situação de pobreza, ambientes com a presença de tiroteios, violências diversas e encarceramento foram

identificados como indicadores-chaves para a não ocorrência de mobilidade social. O estudo apontou que quanto maior a exposição das crianças a ambientes agressivos, quando se tornassem adultas, menores seriam suas rendas e maiores as chances de serem encarceradas. O argumento dos autores é que as medidas tradicionais de estudos da pobreza fornecem uma imagem incompleta dos ambientes adversos que causam danos físicos e mentais diretos ao desenvolvimento das crianças.

Outro estudo, conduzido na Universidade de Manchester, também vinculou pobreza infantil a crimes violentos. A pesquisa utilizou registros nacionais de mais de um milhão de jovens dinamarqueses adultos, analisou 21.267 pacientes que compareceram ao hospital com episódios de automutilação e 23.724 pessoas condenadas por crimes violentos entre 15 e 33 anos. Concluiu-se que as crianças que crescem na pobreza têm sete vezes mais chances de se machucar e se envolverem em crimes violentos quando jovens e que as crianças que permaneceram entre os 20% das famílias mais ricas nos primeiros 15 anos de vida eram as menos propensas a se machucar ou a cometer crimes violentos entre os 15 e os 33 anos (MOK *et al.*, 2018).

Considerando todas as teorias e estudos mencionados, a violência contra crianças, adolescentes e jovens, a pobreza, a falta de acesso aos seus direitos plenos e a variedade de experiências que as crianças podem ter de acordo com as diferentes oportunidades de viver a infância, faz-se necessário entender o ponto de vista das próprias crianças sobre a violência infantil. Entender as suas próprias percepções nos permite enxergar uma realidade que por muitas vezes é velada, ademais, entender suas perspectivas cumpre a função também de reconhecimento delas enquanto atores sociais.

2.4 Percepções de crianças e adolescentes sobre a violência

Os estudos sobre a percepção de crianças e adolescentes sobre a violência ainda são escassos. É necessário considerar que quando se encontram produções nesse sentido, elas se dividem quanto aos diversos tipos e manifestações de violência, analisando-as sob a ótica de diferentes categorias. Sendo assim, esta sessão irá abordar alguns estudos que apontam as percepções de crianças, adolescentes e jovens quanto às diferentes violências que os afetam.

Um estudo conduzido por Frota (*et al.*, 2010), buscou identificar as percepções de crianças da periferia de Fortaleza/CE acerca da violência a que estão sujeitas, a fim de contribuir para a reflexão sobre a atenção à saúde da criança e da família. Participaram do estudo 20 crianças, de ambos os sexos, entre 5 e 11 anos, através de entrevista semiestruturada, estudantes

de uma escola municipal situada na periferia da cidade de Fortaleza. Segundo os autores, na região onde se encontra a escola, a comunidade Moura Brasil, são crescentes os índices de violência. O estudo buscou, portanto, perceber a situação de violência em que as crianças entrevistadas se encontram segundo suas percepções, expostas tanto no âmbito familiar como no meio social onde vivem. Assim, as entrevistas tiveram como foco principal as seguintes perguntas, através de entrevistas semiestruturadas: *O que é violência para você? Você vê violência na comunidade em que você vive?*

Segundo o estudo, em geral, as crianças compreenderam os termos utilizados na entrevista, para as poucas crianças que apresentaram dificuldade as indagações foram refeitas usando-se sinônimos que não alteraram o sentido da pergunta. A partir da análise dos discursos, os resultados foram expressos em categorias temáticas que surgiram de acordo com as respostas: Conceito de Violência; Práticas de roubos na comunidade; A droga, porque vicia. Para os fins deste estudo, tecerei a seguir principalmente os resultados quanto aos conceitos de violência apontados pelas crianças, questões que surgiram sobre a exposição à violência e as conclusões dos autores.

Quanto ao conceito de violência, as crianças se referiram à violência urbana observada na comunidade e na escola durante as aulas, citando manifestações tanto em termos de frequência quanto de intensidade, como os exemplos: matar, bater, brigar. Também foi citada violência por alcoolismo, e a noção de que os atos violentos não existem somente em seu cotidiano, mas como tudo de ruim que acontece no mundo. O sequestro e o rapto também foram referidos como conceitos de violência. As crianças também apontaram o abuso de poder e a violência doméstica contra crianças, como bater nas crianças sem motivo. Além desses fatores, também surgiram as agressões verbais e a utilização de palavrões como conceito de violência para as crianças, que consideraram este e outros fatos de violência como incentivo para as ações de outras crianças mais novas, pois aprendem com os adultos.

O estudo também apontou que as crianças no cotidiano da periferia presenciam assaltos, conhecem os acusados e o local de maior incidência dos delitos. Elas citaram quais os incentivos para esse tipo de crime, tais como injustiça, desemprego, falta de policiamento, maldade e, sobretudo, a influência de outros. Sobre esses roubos nas comunidades, os autores refletem:

O valor que a criança atribui ao ato de roubar, ao considerá-lo uma conduta negativa perante a sociedade, demonstra que mesmo convivendo em cenários violentos, ela consegue discernir atos errôneos, a partir de ensinamentos provenientes do âmbito familiar e escolar, que moldam a formação de sua personalidade (FROTA *et al.*, 2010, p. 430)

Segundo os autores, ao longo dos relatos sobre o tema dos roubos na comunidade, foi possível perceber que essa prática se relacionava ao uso ilegal de armas e isso mostrou, sobretudo, a forma como os crimes ocorrem e a proximidade desses crimes dos locais onde moram as crianças, que relataram presenciar tais crimes em seu cotidiano. Para os autores, o testemunho das violências evidencia “[...] a inserção das crianças no contexto da violência social. Desta forma, elas assumem o papel de testemunhas de um modo violento de viver” (FROTA, *et al.*, p. 431). As crianças também citaram o uso abusivo de drogas ilícitas como incentivador dos delitos cometidos por alguns membros da comunidade que, agindo dessa forma, não obedecem à legislação vigente.

Com o mesmo objetivo de se investigar a percepção de crianças sobre a violência, um estudo conduzido por Caprichoso (2010) buscou compreender a exposição de crianças à violência interparental e a forma como elas percebem o problema. A autora destaca que é importante perceber a relação existente entre a violência sobre o cônjuge e a vitimação da criança e também que existe uma vasta gama de teorias que demonstram que a violência interparental tem impacto no ajustamento da criança que a ela está exposta. A investigação utilizou metodologias quantitativa e qualitativa, que permitiram comparar dois grupos de crianças avaliando o seu contexto familiar, as crenças das crianças relativamente à violência em geral e as percepções e interpretações destas acerca dos conflitos interparentais. Foi realizada também uma segunda etapa que pretendeu conhecer em profundidade a experiência de dois jovens com história de exposição à violência interparental durante vários anos.

Os resultados sugerem que muitas das crianças expostas à violência interparental são também alvo direto de comportamentos violentos no seio familiar, diferente da hipótese de que estariam somente expostas à violência. E essa agressão direta às crianças agrava ainda mais o impacto sobre elas. O estudo concluiu também que as crianças expostas à violência interparental não necessariamente compreendem de forma errada o fenómeno da violência. Em ambos os estudos feitos com as crianças submetidas há muitos anos à violência interparental, elas não apresentaram ideias desajustadas sobre a violência. As crianças expostas aos conflitos percebem as situações de violência entre os pais como altamente ameaçadoras. Segundo Caprichoso (2010), tal fato naturalmente influencia seus sentimentos de insegurança física e emocional, mas esse diagnóstico não deve ser determinante para intervenções psicológicas uma vez que as crianças demonstraram, mesmo em situações semelhantes de exposições à violência, terem reações diversas e que a violência as impacta de formas diferentes.

Também no contexto de investigar a percepção de violência no contexto familiar, em 2015, pesquisadoras do estado da Bahia (MAGALHÃES et. al, 2017) buscaram compreender a violência intrafamiliar do ponto de vista de adolescentes que a vivenciam, buscando identificar se eles reconheciam as situações de violência como tal, bem como suas visões subjetivas e as diferentes maneiras de ver e sentir. O estudo foi realizado em uma escola pública de ensino fundamental em um bairro periférico da cidade de Salvador/BA.

Os participantes selecionados foram identificados em infâncias e adolescências marcadas por privações diversas, situação de pobreza, ofensas, humilhações e conflitos violentos entre os pais. Apesar de tais contextos e das histórias relatadas por eles, os adolescentes entrevistados não se viam em situação de violência doméstica, devido ao significado que atribuem ao fenômeno e a sua naturalização. Todos os adolescentes atribuíram à violência apenas o significado de agressão física severa, mencionando termos como: espancar, queimar, esfaquear e matar. Por não terem vivenciado essas situações, não se reconheciam como vítimas de violência doméstica. As autoras concluíram que a naturalização da relação permeada pela violência faz com que adolescentes a percebam como algo comum e esperado, o que dificulta se identificarem como vítimas.

Nessa mesma perspectiva, uma pesquisa realizada sobre a percepção de violência de meninas adolescentes, sujeitas à violência familiar e acolhidas em um abrigo municipal do Rio de Janeiro (CARINHANHA; PENNA, 2012) revelou que mais da metade delas não reconheceu ou assumiu suas histórias de violência. A pesquisa confirmou a hipótese de que as adolescentes abrigadas poderiam ter uma visão diferenciada sobre o significado da violência, buscando identificar e compreender a vivência da violência sob suas próprias óticas. Foi realizada uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas semiestruturadas com 11 adolescentes acolhidas. Os resultados demonstraram que a compreensão da violência pelas adolescentes foi pontual e concreta por terem vivenciado as experiências. Entretanto, tiveram dificuldades em perceber a complexidade do fenômeno, referindo-se, basicamente, à violência comunitária e intrafamiliar que lhes são tangíveis e vivenciadas. De acordo com as autoras, a dificuldade e o constrangimento em reconhecer a violência vivida podem estar relacionados ao fato dessa ter sido perpetrada por aqueles que deveriam proteger - a família. A violência foi entendida pelas entrevistadas como algo maior ou mais grave, diferente do acontecido comumente em seu cotidiano, daí a dificuldade em se perceber em situação de violência – seja como vítima ou agressora. Carinhanha e Penna (2012) concluem que a ordem social injusta cria um clima de aceitação da violência, naturalizando-a. Portanto, a violência juvenil tem raízes na

presença de atos violentos vividos sistematicamente no lar ou na comunidade, condicionando a criança ou o adolescente a considerar a violência como meio aceitável de solucionar conflitos.

Para finalizar esse capítulo, é importante também apresentar os resultados da pesquisa *Small Voices Big Dreams* (CHILDFUND BRASIL, 2019), considerando a análise conjunta de suas dimensões quantitativas e qualitativas, observando que apenas os dados qualitativos serão utilizados nas análises desta dissertação, por possibilitarem a análise das falas de crianças pobres, isoladamente. No Brasil, foram entrevistadas 722 crianças, e desse número, 67% dos meninos e meninas com idades entre 10 e 12 anos disseram que não se sentem suficientemente protegidos contra a violência. Outro dado relevante mostrado pela pesquisa é que, no Brasil, 90% dos meninos e meninas entrevistados rejeitam a violência física como um instrumento de educação e que menos de 3% das crianças entrevistadas acham que políticos e governantes cumprem seu papel em prol da proteção das crianças contra a violência. Ainda no contexto brasileiro, 26% dos meninos e meninas entrevistados acreditam que as opiniões infantis não são consideradas em questões que lhes dizem respeito. As principais causas da violência infantil, na avaliação das crianças brasileiras são o fato de serem indefesas, a falta de conhecimento dos seus direitos e a perda de autocontrole dos adultos devido ao uso de substâncias como álcool e drogas.

Algumas outras principais conclusões do estudo, no recorte brasileiro apontam que, de acordo com 83% dos entrevistados, os adultos deveriam amar mais as crianças e que a oferta de atenção, apoio e carinho às crianças, por parte dos adultos, é um fator-chave na prevenção e no combate à violência. Sobre o protagonismo infantil no combate à violência, 52% não concordam com a ideia de que as crianças não podem fazer nada. Para elas, as atitudes das crianças, seja de denúncia ou de autodefesa, constituem um importante mecanismo para prevenir a violência. Mais de 30% acreditam que as crianças não são suficientemente protegidas contra a violência no país em que vivem e a maioria das crianças percebe as ruas da vizinhança, praças, parques e transporte público como lugares de maior risco de violência. Quanto às perspectivas de gênero, 82% das crianças concordam que é mais comum meninas sofrerem maus-tratos ou outras formas de violência do que os meninos.

Na dimensão internacional quantitativa da pesquisa *Small Voices, Big Dreams*, que entrevistou 5.500 crianças de 15 países, foram percebidas semelhanças nas perspectivas das crianças, com relação às brasileiras, apesar das dimensões percentuais variarem. Segundo o relatório lançado pela rede ChildFund Alliance, uma em cada duas crianças entrevistadas disse que em seu país os adultos não ouvem sua opinião sobre assuntos que são importantes para elas; nove entre dez crianças acreditam que um fator-chave na prevenção e no combate à violência

seria o reconhecimento dos direitos das crianças pelos adultos; uma clara maioria das crianças (69%) rejeita a violência como um instrumento de educação. O estudo também apontou que as crianças têm consciência da violência baseada em gênero: as meninas temem que algo de ruim lhes aconteça, enquanto os meninos temem que sejam forçados a fazer algo de ruim, de acordo com análise das entrevistas em grupo. Os participantes disseram que os meninos correm maior risco de serem sequestrados ou roubados, ou de serem envolvidos no crime organizado, ou trabalho infantil fora de casa. Também disseram que as meninas estão muito mais expostas ao abuso sexual, estupro, casamentos forçados e exploração do trabalho doméstico. Sobre o protagonismo das crianças no combate à violência, mais de 88% das crianças acreditam que devem procurar a ajuda de um adulto diante de uma situação violenta, mas a maioria encontra barreiras para acessar esses recursos e a maioria das crianças entrevistadas (63,8%) não concorda com a ideia de que as crianças não possam fazer nada para pôr fim à violência.

3 MÉTODOS DE PESQUISA

Este capítulo aborda os métodos e processos utilizados para realização da pesquisa utilizada nessa dissertação. Primeiramente, é detalhada a apresentação da pesquisa *Small Voices, Big Dreams* e os dados utilizados para a análise. Na sequência, são explicitados os contextos das cidades e das organizações onde as entrevistas foram realizadas e, posteriormente, como foi realizada a análise dos dados para que se alcançassem o objetivo geral e os objetivos específicos desta dissertação.

3.1 Apresentação da Pesquisa “*Small Voices, Big Dreams*”

A pesquisa “*Small Voices, Big Dreams*” (Pequenas Vozes, Grandes Sonhos) faz parte de uma iniciativa que começou em 2010 e envolve os membros de uma rede internacional de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no âmbito do desenvolvimento infantil em mais de 60 países - a *ChildFund Alliance*. Desde a primeira concepção da iniciativa, o objetivo foi criar pesquisas que amplificassem as vozes de crianças sobre questões que as afetam diretamente, evidenciando seu protagonismo, força de percepção e ação sobre seu entorno. Nesse sentido, a rede visa gerar conscientização sobre temas mundialmente importantes para a infância, para todos os públicos e partes interessadas: sociedade civil, governos, mídia e instituições privadas. Desde a sua primeira edição, cada ano a pesquisa se concentra em um assunto diferente, em torno do universo infantil: necessidades e medos das crianças (2010), esperanças e necessidades das crianças (2011), esperanças com foco ambiental (2012), paz, violência, heróis e felicidade (2013), significados dos direitos das crianças (2014), segurança e proteção (2015), educação e escola (2016).

Devido a mudanças no plano estratégico da rede ChildFund Alliance que passou a se concentrar na prevenção da violência contra crianças, a partir de 2016 a pesquisa deixou de ser anual, por isso, em 2018, foi decidido que seria lançada uma pesquisa em 2019 em vez de 2017/2018, com foco em um assunto destaque: violência contra crianças. A pesquisa teve como objetivo defender a prevenção da violência contra crianças, dando voz às próprias crianças sobre este assunto. A edição entrevistou quase 5.500 crianças de diversas origens geográficas, condições de vida e tradições culturais nos países: Brasil, Burkina Faso, Canadá, Equador, Gana, Honduras, Índia, México, Nicarágua, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Nova Zelândia, Tailândia e Vietnã. As crianças foram entrevistadas presencialmente e on-line (survey) e foram selecionadas de acordo com cada contexto local, porém deveriam ter representantes em situação

de pobreza e sem situação de pobreza, meninas e meninos, de forma igualitária. Cada organização social a nível de país organizou a logística de recrutamento diretamente com seus parceiros locais (organizações sociais parceiras). Para conduzir essa pesquisa, cada agência do ChildFund presente no país participante realizou uma pesquisa quantitativa e entrevistas qualitativas com crianças sem situação de pobreza e em situação de pobreza. Importante destacar que a condição de pobreza das crianças entrevistadas se enquadra no critério de linha de pobreza estabelecida por Hoffmann (1998), de renda familiar per capita abaixo de meio salário mínimo. Esse critério é utilizado pelo ChildFund Brasil e pelas ONGs onde ocorreram as entrevistas, para que uma criança seja elegível para inscrição em seus projetos sociais.

Os resultados foram compilados e enviados para a agência líder do projeto mundial (EDUCO, situada na Espanha) que, com amostras globais compilou os dados da pesquisa com relação à opinião das crianças sobre a violência infantil. Além, de participar da pesquisa internacional, organizando e enviando amostras a nível de país, cada uma dessas agências locais poderia analisar os dados coletados a nível local chegando, portanto, a uma edição nacional da pesquisa com dados relacionados com seus contextos específicos. Este foi o caso do ChildFund Brasil e da pesquisa brasileira da qual foram extraídos os dados para a análise dessa dissertação. O acesso aos dados foi facilitado devido ao vínculo da pesquisadora com a instituição que conduziu esse estudo, que inclusive, fez parte da equipe que entrevistou as crianças em alguns locais em Belo Horizonte. Além disso, a escolha pela utilização dos dados dessa pesquisa se deu também pelo fato da pesquisadora conhecer as possibilidades de análises que tal estudo possibilita.

A pesquisa “*Small Voices, Big Dreams*” foi dividida em duas etapas com diferentes conduções. O ChildFund Brasil apoiou as entrevistas quantitativas realizadas pelo ChildFund Alliance com crianças brasileiras, através de *surveys* online e conduziu, com seus próprios esforços e recursos, grupos focais em diferentes regiões do Brasil. A primeira etapa, constituída pela pesquisa quantitativa, foi realizada com base em amostra aleatória, representativa a nível de país, com 722 crianças de 10 a 12 anos de idade. Essa etapa da pesquisa não foi considerada nas análises desta dissertação, porque as análises não consideraram, em seu questionário, o perfil socioeconômico dos entrevistados. Portanto, para os fins do presente estudo que visa identificar o ponto de vista de crianças em situação de pobreza sobre a violência infantil, a pesquisa quantitativa não pôde ser considerada. Assim, esta dissertação considerou os dados da etapa qualitativa do recorte nacional da “*Small Voices, Big Dreams 2019*”, que será explicada a seguir.

A pesquisa qualitativa foi realizada entre outubro de 2018 e janeiro de 2019 por especialistas em proteção infantil do ChildFund Brasil. Foram realizados nove grupos focais, com seis crianças em cada, em diferentes cidades brasileiras onde a organização atua. Foram elas: Belo Horizonte/MG (três grupos focais), Palmital/MG (dois grupos focais), Fortaleza/CE (dois grupos focais), Crato/CE (dois grupos focais). Em todas as localidades foram realizadas entrevistas com crianças em situação de pobreza, considerando um grupo focal misto - três meninos e três meninas - e um grupo focal apenas com meninas. Com exceção de Belo Horizonte/MG, que realizou também um grupo focal misto com crianças sem situação de pobreza (classe média alta), por solicitação da pesquisa internacional em ter ao menos um grupo por país nessa condição. A finalidade não foi comparar os dois grupos (pobreza e não-pobreza), mas garantir a representatividade de diferentes grupos sociais de crianças no país, para compilação internacional.

O roteiro das entrevistas (ANEXO A) foi elaborado por um grupo internacional de pesquisadores e testado na Espanha com um grupo de crianças, tanto em um contexto convencional quanto em crianças em contextos socialmente vulneráveis, que também foram envolvidas na elaboração. Mesmo que a realidade fosse diferente dos outros países, o pré-teste espanhol foi considerado importante para observar o entendimento das crianças sobre as questões.

Após uma análise preliminar, as cidades escolhidas para análises as desta dissertação foram Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE, considerando os grupos mistos (com meninos e meninas) de cada uma dessas cidades. Como já mencionado na introdução deste estudo, a escolha se deveu ao fato de ambas as cidades serem metrópoles, com alto índice de violência urbana e de denúncias de violências contra crianças. Além disso, as cidades apresentam diferenças nos tipos de violência predominantes segundo os dados, e a comparação almejou identificar se tais violências apareceriam nas falas das crianças.

De acordo com o portal Cidades (IBGE, [2020?]), em 2019 Belo Horizonte tinha população estimada de 2,5 milhões de pessoas. A cidade situa-se no estado de Minas Gerais, que está localizado na região sudeste do Brasil. Em 2017, o salário médio mensal na cidade era de 3,6 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 57,5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 27,8% da população da cidade viviam sob essas condições no ano de 2017. A taxa de mortalidade infantil média na cidade, segundo o portal, é de 9,99 para 1.000 nascidos vivos. De acordo com o estudo Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2012) o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Belo Horizonte era de 0,810 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1), ocupando a 20ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Da população total em 2010, 449.570 eram crianças com menos de 15 anos, correspondendo a 18,93%. Em 2010, 86,90% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série e, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 25,93% estavam cursando o ensino superior.

Com relação à violência contra crianças, o Estado de Minas Gerais tem diversos pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias federais, de acordo com o estudo “Mapear” (CHILDHOOD BRASIL, 2018), totalizando 48 pontos críticos de exploração sexual na beira de estradas. Em outro levantamento, feito pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019), com dados extraídos do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan), apontou que no Brasil, todos os dias, são notificadas, em média, 233 agressões de diferentes tipos (física, psicológica e tortura) contra crianças e adolescentes com idades de até 19 anos. Segundo o levantamento, a maior parte das situações acontece no ambiente doméstico ou tem como autores pessoas do círculo familiar e de convivência das vítimas. Do total de casos notificados pelos serviços de saúde, Minas Gerais está no segundo lugar (perdendo apenas para São Paulo) das notificações realizadas, totalizando 15,6% do total de registros. O trabalho não considerou variações como violência e assédio sexual, abandono, negligência, trabalho infantil, entre outros tipos de agressão. Ainda, de acordo com o site da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais em 2017 houveram 65.631 casos de violência contra crianças no estado, sendo 9.821 em Belo Horizonte/MG (SESP, 2018).

Segundo o portal Cidades (IBGE, [2020?]), em 2019, Fortaleza possuía população estimada de 2,6 milhões de pessoas. A cidade situa-se no estado do Ceará, que está localizado na região nordeste do Brasil. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32,0%. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13,54 para 1.000 nascidos vivos. De acordo com o Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2012), o índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Fortaleza era de 0,754 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Fortaleza ocupa a 467ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Da população total em 2010, 553.682 eram crianças com menos de 15 anos, correspondendo a 22,58% da

população total. Em 2010, 84,93% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série e, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 16,28% estavam cursando o ensino superior em 2010.

De acordo com o “Atlas da Violência” (IPEA, 2019) dentre todas as capitais brasileiras, a mais violenta é Fortaleza. A cidade tem índice de 87,9 assassinatos para cada 100 mil habitantes, segundo o estudo, e a presença de facções criminosas contribui para esse cenário. Com relação à violência contra crianças, o estudo “Mapear”, da ONG Childhood Brasil em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (CHILDHOOD BRASIL, 2018) aponta que o Ceará tem 81 pontos críticos utilizados para a exploração sexual de crianças e adolescentes embeirada de estradas federais. O número de crimes de exploração sexual infantil nas BRs que cruzam o Ceará cresceu de 14 em 2013 para 181 casos em 2017. Segundo dados do site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), somente no primeiro semestre de 2018, o Disque 100 contabilizou 326 registros de violência sexual contra crianças e adolescentes cometidos, média de 54 por mês. Dessa incidência, os abusos sexuais lideraram as ocorrências, com 245 registros no mesmo período, o equivalente a 75% do total. Os casos de exploração sexual aparecem como a segunda prática mais cometida, com 71 casos apurados entre janeiro e junho, seguido da pornografia infantil, com sete ocorrências.

Em Belo Horizonte/MG, a pesquisa foi realizada em uma ONG de apoio a crianças e adolescentes, em um bairro que possui cerca de 7.639 habitantes. Os programas e as atividades realizadas no local se estendem para outros bairros adjacentes. Tais bairros fazem parte da Regional Nordeste de Belo Horizonte e têm, dentre várias características, maioria dos moradores em situação de pobreza, com dificuldades de acesso a serviços básicos, alto índice de adolescentes e jovens sendo aliciados ao uso e ao tráfico de drogas e gravidez precoce. Neste local, foram entrevistadas sete crianças, sendo quatro meninos e três meninas. Três crianças com a idade de 10 anos, uma de 11 anos e três com 12 anos. O nome do local e o nome verdadeiro das crianças foram ocultados para preservar a identidade dos indivíduos. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; PUC MINAS, 2000), o bairro consta em região com índice mais alto em vulnerabilidade social, acima de 0,63 (classificação de extrema vulnerabilidade), conforme aponta o mapa abaixo:

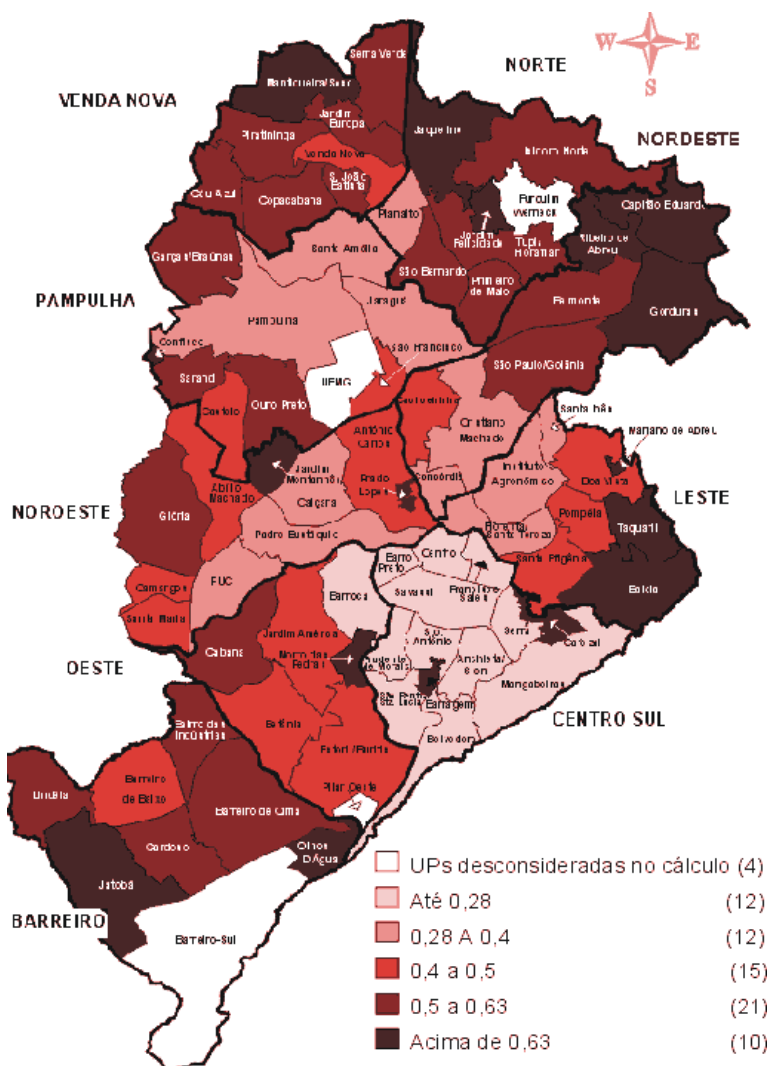


FIGURA 2- Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte/MG
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000.

Na condução das entrevistas em Belo Horizonte/MG, o grupo focal ocorreu em uma sala da organização social, espaçosa e arejada, onde as crianças já têm o hábito de frequentar, para que assim pudessem dialogar com segurança e liberdade. Dentre as crianças convidadas para a atividade, todas se mostraram entusiasmadas em participar, entretanto, logo no início das entrevistas, quando a facilitadora explicou detalhadamente sobre os temas abordados, e que a participação das crianças era opcional, alguns informaram que não seria possível comparecer. Assim, permaneceram sete crianças, sendo três meninas e quatro meninos participantes. Todos os participantes tiveram a autorização prévia de seus responsáveis, com o formulário oficial assinado pelos mesmos. No momento da atividade, a gravação da entrevista foi autorizada por todas as crianças.

As crianças estiveram à vontade durante o grupo focal, entendendo bem as questões e termos abordados, expressando suas impressões e ideias. Com destaque para um

menino e uma menina que traziam elementos novos e ampliavam o diálogo. Muitas perguntas, entretanto, tiveram respostas diretas e objetivas das crianças, resumindo-se em poucas palavras. Algumas respostas foram antecedidas por longos silêncios. Segundo informações das coordenadoras da organização social, a comunidade onde foi realizada a entrevista presencia situações de violência urbana recorrentes desencadeadas por grupos envolvidos com o tráfico de drogas e, por consequência, a intervenção da polícia local.

Após a introdução sobre a pesquisa, os motivos para a sua realização, foi realizada uma dinâmica de acolhida e apresentação dos participantes, perguntando em seguida como eram suas rotinas em dias normais da semana e aos finais de semana. A partir dessa introdução, foram iniciadas as perguntas específicas sobre o contexto da violência contra crianças.

QUADRO 2
Características das crianças entrevistadas em Belo Horizonte

Nome Fictício	Idade
Joana	12
Hellen	10
Raíssa	12
Lucas	12
João	10
Caio	11
Bernardo	10

Na cidade de Fortaleza/CE, a pesquisa foi realizada também em uma ONG de apoio a crianças e adolescentes, em bairro situado na região metropolitana da capital, divisa com o município de Caucaia/CE. Os programas e as atividades realizadas no local também se estendem para outros bairros adjacentes. Segundo informações que constam no site da organização social onde ocorreram as entrevistas, a região tem por característica o alto índice de violência urbana, presença de facções criminosas, tráfico de drogas, população em situação de pobreza e dificuldade de acesso aos serviços básicos. Neste local, foram entrevistadas oito crianças, quatro meninas e quatro meninos, sendo uma criança com 10 anos de idade, duas com 11 anos de idade e cinco com 12 anos de idade. O nome do local e o nome verdadeiro das crianças foram ocultados para preservar a identidade dos indivíduos. Não foram encontrados mapas ou estudos sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos bairros em questão, mas foram encontrados estudos sobre o município de Caucaia/CE, divisa do bairro onde se localiza a organização social.

Segundo Medeiros e Albuquerque (2014), conforme dados do último censo demográfico (IBGE, 2010 *apud* MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2014), a população de Caucaia correspondeu a 325.441 habitantes, representando 3,85% do contingente populacional do Estado (8.452.381 hab.), sendo o segundo maior município do Ceará em população residente, ficando atrás apenas da Capital, Fortaleza (2.452.185 hab.). A maior parte das pessoas reside na área urbana do município, com mais de 290 mil habitantes, o que leva Caucaia a apresentar uma alta taxa de urbanização (89,18%), que se define como a relação entre a população urbana e a total. Vale mencionar que nos distritos de Bom Princípio, Catuana, Guararu e Tucunduba a maior parcela da população reside na zona rural. A referida tabela exhibe a distribuição populacional de Caucaia em 2010 segundo os seus oito distritos. Verifica-se que 50,84% da população vivem no distrito sede, sendo os distritos de Jurema (39,72%), Catuana (2,79%) e Sítios Novos (1,84%) os outros com maiores contingentes populacionais.

TABELA 1
Indicadores Relativos à Dimensão de Renda – Caucaia/CE - 2010

Distritos	Indicadores		
	Renda média mensal domiciliar (R\$)	% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo	Variância da renda média domiciliar
Município de Caucaia	693,11	59,01	389.418,55
Bom Princípio	441,55	64,88	64.454,18
Catuana	513,47	62,75	193.348,73
Caucaia	728,67	59,50	1.865.523,69
Guararu	495,77	65,12	191.107,98
Jurema	692,36	57,17	356.077,91
Mirambé	490,87	63,90	239.936,98
Sítios Novos	447,56	66,27	81.278,79
Tucunduba	419,36	65,64	123.620,16

Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Fonte: IBGE, 2010 *apud* MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2014, p.12.

O grupo focal realizado em Fortaleza/CE aconteceu em uma sala da organização social, com cadeiras organizadas em círculo, com uma mesa no centro. Além das crianças e da entrevistadora, havia uma pessoa de apoio. A atividade iniciou-se com uma dinâmica de acolhida dos participantes, apresentação do objetivo da pesquisa e dos combinados sobre a entrevista. Foi acordado com as crianças de que nenhum comentário seria exposto na comunidade. De acordo com relato da entrevistadora, na semana em que foram realizadas as entrevistas, a cidade de Fortaleza estava vivenciando um cenário de ataques de violência em vários pontos da cidade, promovidos por facções criminosas. Essas situações foram noticiadas pelos jornais, TV e mídias sociais dentro e fora do país. Tal contexto, vivenciado por toda a população, foi caracterizado por um sentimento de medo generalizado e isso se refletiu nas falas das crianças. Ainda segundo a condutora da entrevista, nas periferias de Fortaleza/CE esse

sentimento de medo é muito presente, pois é onde as facções criminosas se organizam e essa realidade de violência é uma marca no cotidiano dessas crianças.

QUADRO 3
Características das crianças entrevistadas em Fortaleza

Nome Fictício	Idade
Felipe	12
Bruno	11
Mário	12
Vinícius	10
Andréa	11
Andressa	12
Raiane	12
Gabriela	10

3.2 Análise dos Grupos Focais

A partir do roteiro de perguntas da pesquisa *Small Voices, Big Dreams* (ANEXO A), foram selecionadas para a análise desta dissertação as questões pertinentes aos objetivos da mesma. Assim, foram selecionadas as respostas das seguintes questões:

- *Onde você acha que as crianças estão mais em risco de sofrerem maus-tratos, abuso físico e emocional, e outras situações que as façam se sentir mal?*
- *Quem você acha que são as pessoas que atacam crianças e as fazem se sentir mal?*
- *E por que você acha que essas situações acontecem (causas)?*
- *Você acha que há crianças que são mais susceptíveis de sofrerem maus-tratos, abuso físico e emocional ou outras situações as quais as fazem se sentir mal? Por quê?*
- *Como você definiria violência? O que é violência em sua opinião?*
- *Você acha que há situações nas quais poderia ser justificado ou necessário insultar, agredir ou machucar uma criança?*
- *Você acha que há quaisquer outras situações violentas ou difíceis vivenciadas pelas crianças que poderiam ser consideradas como normais?*

As transcrições das entrevistas foram realizadas pelos condutores das entrevistas vinculados ao ChildFund Brasil, portanto, não foram necessariamente realizadas pela pesquisadora desta dissertação. Porém, as transcrições foram disponibilizadas para esta dissertação, juntamente com os áudios originais das gravações. A partir desses materiais, a pesquisadora realizou as análises.

A partir do acesso aos dados dos grupos focais, foi necessário definir o que seria identificado nas falas das crianças, ou seja, expressões e exposições à violência contra crianças, ou não, em suas falas. Para cumprir esse objetivo, foi elaborada uma matriz de tipos de violência contra crianças, subdividindo-as nas categorias de Galtung (1969) de violência pessoal, estrutural e cultural. Tais diferenciações foram realizadas devido ao objetivo de se entender amplamente a percepção de violência no contexto infantil, considerando suas diferentes nuances e manifestações e também devido ao fato de que as crianças entrevistadas não foram necessariamente vítimas diretas de violência pessoal. Mas, todas estão sujeitas à pobreza, que se configura como violência estrutural, segundo o mesmo autor (GALTUNG, 1969). Portanto, de acordo com o objeto deste trabalho, foi preciso identificar em suas falas expressões relacionadas a esses três tipos de violência.

As referências teóricas utilizadas para a construção da matriz de identificação de violência foram Galtung (1969), Minayo (2001) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Cada categoria de violência foi relacionada a uma expressão ou ato que pudessem ser identificados nas falas das crianças, reconhecendo, portanto, tipos de violência. Como o objeto deste estudo não contempla a violência entre pares (crianças, adolescentes, jovens), e sim a violência de adultos contra crianças, na matriz de identificação não foram contempladas as categorias de violências entre crianças como, por exemplo, *bullying*.

QUADRO 4
Matriz de Identificação da violência contra crianças

Violência Pessoal				Violência Estrutural			Violência Cultural
Sexual	Psicológica	Física	Negligência	Pobreza	Criminalidade	Institucional	Preconceito
Exemplos de atos/expressões que poderiam ser identificados nas falas das crianças:							
“Passou a mão no meu corpo”	“Me xingou de nomes feios”	“Me espancou”	“Fiquei sozinho por três dias”	“Falta de dinheiro”	“O tráfico não deixa a gente sair”	“A escola não é segura”	“Eles pensam que quem mora na favela é criminoso”

A matriz acima foi aplicada separadamente em cada local, identificando, a partir de cada pergunta, quais definições, causas e tipos de violência foram citados. A partir desses resultados, foram analisadas suas percepções tendo em vista a revisão teórica. Após essa identificação, as matrizes foram comparadas, os contextos analisados e chegou-se às conclusões e resultados.

4 PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM BELO HORIZONTE E FORTALEZA

Para analisar os relatos das crianças a fim de entender o que elas reconhecem e citam como violência, este capítulo foi dividido em três seções, conforme as categorias de violência de Galtung (1969) definidas anteriormente: violência pessoal, violência estrutural e violência cultural. A partir de cada categoria serão feitas as análises por cidade e a comparação sobre os resultados encontrados.

4.1 Violência Pessoal

Como já citada, a violência pessoal ou direta configura-se quando há um agente que comete dano diretamente contra a vítima, podendo ser manifestada de forma física ou verbal, com o propósito de causar danos a alguém. Esse tipo de violência é, segundo Galtung (1969), o tipo mais visível na sociedade, pelo caráter físico, psicológico e comportamental por parte do agente. De forma geral, por ser o tipo de violência mais visível e facilmente reconhecido foi, portanto, a forma mais reconhecida nos relatos das crianças, em ambas cidades.

Em Belo Horizonte/MG, esse tipo de violência foi citado pelas crianças, primeiramente, quando a facilitadora questionou a respeito de quem são as pessoas que atacam as crianças e as fazem se sentirem mal. Após um silêncio, apenas duas crianças (Lucas e Joana) responderam, brevemente com as palavras: “*psicopata*” e “*estuprador*”. Isso significa que as crianças reconheceram tipos de violência pessoal, que configuram violências diretas, de acordo com as categorias de Galtung (1969) e violências física e sexual. É interessante observar que apontaram agentes desconhecidos (que não são familiares ou cuidadores, por exemplo), mas reconheceram a violência contra crianças como aquela que ocorre somente em casos extremos e mais amplos do que os contextos de suas vidas, como apontado no estudo de Carinhanha e Penna (2012).

Considerando a definição de violência, ou *o que é* a violência a partir do reconhecimento das crianças, as respostas diretas apontaram apenas para características da violência pessoal, embora elementos na fala das crianças apontassem a violência estrutural (portanto ela existe mas não foi reconhecida). A essa pergunta, todas as crianças falaram e deram opiniões. As expressões refletiram violências diretas, pessoais, se enquadrando em violência física e verbal (psicológica), segundo as categorias do ECA (BRASIL, 1990). As expressões utilizadas pelas crianças foram “*porradão*”, “*agressão*”, “*ofensas com palavrão*”,

“xingar as pessoas”, “zoando o outro e chamando de apelido”. Destaque para a fala de Hellen que se expressou acrescentando à fala do colega: “Quando machuca as pessoas é violência física, violência verbal é quando ofende as pessoas, falam coisas que não deveriam”. Essa última resposta demonstra, ainda, que existe alguma clareza sobre os conceitos e diferenciações dos tipos de violência, o que está de acordo com a teoria de Corsaro (1997), sobre a capacidade das crianças de interpretar, organizarem e usarem informações do ambiente para construírem concepções de seus mundos físico e social.

A violência pessoal também se refletiu nas respostas das crianças à pergunta sobre se há alguma situação violenta ou difícil vivenciadas por elas que pode ser considerada normal. João afirmou que não, “*que o xingar, o palavrão e o bater não se justificam*”, reconhecendo as formas de violência pessoal física e psicológica, o que vai ao encontro das subcategorias da violência pessoal consideradas por Galtung (1969). Com relação às consequências que a violência pode ter na vida das crianças, Lucas disse que “*pode gerar dentro de si uma raiva e quando ela crescer querer matar a pessoa que fez isso com ela*”. Além de apontar uma violência extrema e a reprodução do ciclo de violência, a fala da criança reflete os apontamentos de Merton (1970) sobre a ocorrência da falta de integração da estrutura social com a cultural, com a primeira exigindo um comportamento que a segunda dificulta e possibilitando uma tensão que culmina no rompimento das normas sociais (no caso matar).

A violência pessoal também foi reconhecida pelas crianças em instituições como a escola e em situações de violência policial. Respondendo sobre como as crianças podem ajudar para evitar ou parar uma situação violenta, elas afirmaram que as crianças podem contar para um adulto, para a polícia ou para o professor e, na sequência, Joana citou que elas devem “*Falar para os pais para que eles possam resolver. Igual, quando um professor xingar a criança, ela deve contar para os pais. Aí eles vão à escola para conversar e resolver*”. Nessa fala pode-se identificar a possibilidade que a criança enxerga sobre a violência pessoal e direta (xingar) dentro de uma instituição, a escola. Caio se referiu à violência física cometida por policiais, quando as crianças são confundidas com alguém envolvido com a criminalidade. A criança relatou que, às vezes, percebe mais este tipo de crime do que a própria violência familiar. Outras crianças também relataram esse tipo recorrente de violência, que vai ao encontro dos estudos de Castro e Abramovay (2002), com o diagnóstico de jovens que se reconhecem como vítimas de violência policial, raramente os percebendo como agentes da sua segurança.

Outras referências sobre a violência pessoal ou direta foram adquiridas na resposta do que elas precisam para se sentirem protegidas. A maioria das respostas se enquadrou

nas relações diretas dos agentes e pessoas com as crianças. Essa pergunta também pode ajudar no entendimento sobre o que as crianças entendem por violência, pois as respostas que se seguiram foram: *“Chamar a crianças para brincar”*, *“Sem xingo”*; *“Ganhar presente”*; *“As pessoas darem carinho e amor”*; *“Elogiar a criança”*; *“Dar carinho”*; *“Mais educação para as crianças”*; *“Paz e união”*; *“Brincar e não xingar”*, *“Ter amigos”*. As respostas sobre o que elas precisam para se sentirem protegidas seguiram com respostas semelhantes: *“Não ter xingo”*; *“Não ter briga”*; *“Não ter agressão, não bater”*; *“Estar perto de quem ama”*; *“Amor, carinho”*; *“As crianças não serem maltratadas”*; *“Ter mais união”*; *“Ser ajudada”*.

Como citado por Galtung (1969), a violência direta é a mais visível na sociedade. Para as crianças de Belo Horizonte/MG, sem dúvidas, esse foi o tipo de violência mais citado e reconhecido, o que não significa que as outras violências não estejam presentes (como a violência estrutural, que está presente na fala das crianças), mas que essa é a forma mais reconhecida por elas.

Em Fortaleza/CE, a violência pessoal também foi muito citada pelas crianças, porém surgiu com nuances diferentes. Primeiramente, esse tipo de violência apareceu em resposta sobre o que elas entendem por violência e maus-tratos contra crianças e onde elas acham que as crianças estão em situação de maior risco de sofrerem maus-tratos, abusos e outras situações que as façam se sentir mal. Felipe prontamente respondeu que já viu maus-tratos com bebês na casa de sua tia, que nesse mesmo local ele já presenciou também violência psicológica e física. Na sequência, ele relatou que sofre quando sua mãe avisa várias vezes sobre algo e ele não obedece, ela chega em um ponto limite e desconta a raiva nele. Em outro momento, Felipe relatou que nesses momentos tem vontade de sumir, de entrar no quarto e nunca mais sair. Na fala dessa criança, identificam-se várias situações de violência contra crianças, e que ele mesmo é vítima de violência física, que a criança aceita como forma de educação e correção. A situação vai ao encontro do que apontam Machado e Noronha (2002), sobre muitos pais empregarem a violência física para afirmar sua autoridade e aplicar ferramentas de educação, com espancamentos para mostrar que não abrem mão da sua autoridade. Também é importante pontuar traços de violência de gênero, pois é ele quem sofre as consequências da “raiva” da mãe, por ele ser o “único homem da casa”, mesmo tendo somente 12 anos de idade. De certa forma, a criança se sente responsável por receber a violência. É interessante observar, também, que essa mesma criança já havia dito em perguntas anteriores, que as pessoas que cometem violência são os “criminosos”, reconhecendo, portanto, somente a violência extrema e não aquela que acontece dentro de sua casa. As outras crianças não se manifestaram, permaneceram em silêncio.

A partir dessa fala, foi questionado para as crianças se na escola também há

situações de violência. O mesmo menino (Felipe) iniciou a fala se referindo também à violência pessoal de forma física, respondendo: *“Na escola que tem mesmo, na escola tem muito mais. No meu colégio ou você bate ou você apanha na verdade”*. Felipe continuou dizendo que prefere bater a apanhar, depois mencionou que, na verdade, preferiria ficar quieto, mas se ele fica quieto apanha, e se não fica quieto apanha do mesmo jeito. E complementou: *“batendo também eu levo, levo dente dele para casa”*. Raiane também respondeu à pergunta, dizendo que vai entrar num colégio novo e está com medo porque não conhece ninguém: *“Mas eu vou ficar de boa na minha, mas se alguém vir, eu não fico quieta, eu não fico sem falar nada, eu faço”*. Nas falas acima, sobre a violência nas escolas, as crianças se referem principalmente à violência física e verbal, entre colegas. Felipe demonstrou que é, ao mesmo tempo, vítima e agressor, e sua fala demonstra naturalidade perante esses acontecimentos. Raiane demonstrou ter medo, mas que se for preciso, se defende.

Pode-se traçar um paralelo da fala das crianças com o trabalho de Apostólico (*et al.*, 2012), ao ressaltarem que a violência contra crianças é fenômeno determinado por relações desiguais de gênero e geração e que, nessas categorias, os elementos fundadores de ordem biológica, o sexo e a idade, são com frequência destacados para justificar e naturalizar o poder e a dominação. Essas situações se evidenciam quando, mais adiante na entrevista, a entrevistadora pergunta se há situações mais perigosas para meninas do que para meninos. Inicialmente, o grupo diz que não, mas depois surgem pontos de vista diferentes, todos eles relacionados à violência pessoal. Mário diz que: *“tipo assim, menina eles podem pegar para fazer o mal”* e Vinícius acrescenta *“estupro”*. O grupo concorda. A entrevistadora pergunta, então, por que eles pensam que existe essa diferença. Gabriela diz que é *“Porque as meninas são mais frágeis que os meninos, elas não têm como se defender como os meninos, aí para eles é mais fácil fazer isso do que mandar elas enviar drogas, até que tem, mas é pouca, porque as meninas são mais frágeis”*. As crianças iniciam uma conversa, então, sobre quais as possibilidades de um menino, por exemplo, reagir se alguém estiver armado, e que, portanto, não há diferença. O assunto rende conversa entre o grupo, e eles contam casos sobre assaltos e diferentes consequências que já presenciaram, ou não, nessas situações por serem meninos ou meninas. O assunto se conduz para a questão do porte de armas e as consequências de balas perdidas para crianças. Raiane diz: *“E o perigo nem é esse, é que as pessoas das favelas ficam mais revoltadas, aí vão querer sempre andar com arma para atirar. Foi o que aconteceu outro dia, que eles correram para tentar pegar eles para atirar. Se pegar numa criança uma bala perdida é pior”*. As crianças relataram, portanto, perceberem a violência direta que afeta meninos e meninas de forma diferente, conforme apontam também os estudos de Gomes e

Santos (2008), que afirmam as relações de classe, raça e gênero que a violência carrega, afetando diversos públicos de forma desigual.

Quanto às aceções das crianças sobre os conceitos de violência, as crianças reconheceram situações de violência direta como a violência doméstica e maus-tratos. Felipe relatou sofrer violência física e disse saber que outras crianças também sofrem-na. O suicídio e a automutilação também aparecem como uma manifestação de violência, como pode ser percebido no diálogo abaixo:

Felipe: - Ixii... é tanto mau. Tia, não tem nem palavras para isso.

Andréa: - Tudo de ruim, porque violência é um negócio que a pessoa fica traumatizada, a pessoa pode pegar depressão, isso é muito ruim, afeta muito.

Vinícius: - Querer se matar.

Bernardo: - Por causa da depressão, querer se matar, tipo assim, tem muita gente, que o pessoal da minha escola, meus amigos né, não têm amor de pai, gente que não liga para ele, eles tem o punho tudo cortado, querendo se matar, isso tudo é por causa da família, a pessoa não tem atenção, aí por exemplo, vai que a pessoa morre, depois aí percebeu o tempo perdido que teve com a pessoa. Quando a pessoa está viva tem que amar a pessoa, porque depois que ela vai, não tem como mais falar nada.

Andressa: - A pessoa só sente quando perde, só dá valor quando perde.

Na sequência, buscou-se entender se as crianças acham que há situações nas quais poderia ser justificado ou necessário insultar, agredir ou machucar uma criança, se há alguma situação que poderia ser considerada normal. As crianças apontaram situações de violência física, de ameaças por conta da criminalidade, violência verbal, agressão realizada pelos próprios pais e também por outras crianças.

Felipe: - Tia, como eu falei, lá na escola eu sou de boa, fico no meu canto, mas quando a pessoa vem e fala besteira comigo, eu posso até apanhar, mas que eu bato também. Eu não fico quieto não, principalmente se falar da minha família, só quem pode julgar minha família é Deus, ninguém mais.

Vinícius: - Tem muita gente que é do seu colégio que faz parte de facções, aí pode ameaçar sua família.

Felipe: - Eu não gosto, principalmente, quando fala do meu pai

Raiane: - Tia muito difícil meu pai bater em mim, minha mãe também, mas quando eu vou para minha tia, sempre tem palavrão essas coisas, às vezes até comigo, tipo a minha madrinha, aí minha avó fica dizendo que fico namorando no whatsapp eu fico meio assim constrangida, tipo hoje eu estava me arrumando para vir, ela falou que ficava namorando, ficava inventando história, porque eu fui esperar minha prima com a irmã dela que estava com o namorado dela, aí ela falou minha prima que estava namorando, aí rolou um monte de história, eu fiquei constrangida. Com vontade nem de ir mais lá. Toda vida que eu vou tem isso, negócio de namorado.

Felipe: - Tia, a senhora falou esse negócio de pai agredir criança, é... Eu não gosto muito de falar nisso não, mas, minha mãe é muito assim, ela me agride muito, bate muito mesmo, qualquer coisinha, é...eu tenho várias cicatrizes no corpo... Só que eu não gosto de falar desse assunto que, não gosto muito de falar. Quando eu chegava com cicatriz na escola, eu até inventava uma desculpa para falar que era outra coisa.

Vinícius: - Apanha no colégio e apanhando da mãe....

Felipe: - Tem nada a ver isso aí, e por qual quer coisa que faça, mas tem vezes que percebo que eu estou errado mesmo, quando eu não encho uma garrafa, quando eu brigo na rua por algum motivo, aí penso, não, ela me bateu porque eu estou errado.
Vinicius: - Ela tá certa.

Felipe: - Mas tem vezes que vejo, tipo uma coisa, uma bobeira, entendeu, ela me bate, nossa... dá uma raiva. Uma vez ela quis até rasgar minha roupa já, porque tipo assim, minha irmã quebrou não sei o que, só porque ela era pequena, ela botou a culpa em mim, a minha irmã, era a palavra da minha irmã contra a minha. Ela foi me bateu, tirou a blusa da minha cabeça e começou a rasgar de tanta raiva.

As falas acima foram reproduzidas na íntegra por demonstrarem casos de violência pessoal e física vinculada ao processo educativo, conforme aponta Minayo (2001). Também pode ser identificada, na fala de Raiane, a violência verbal que sofre por parte de sua avó. As situações citadas também correspondem às acepções de Gomes e Santos (2005), que consideram que a violência pode ser incorporada como *habitus*, com sua manifestação quase inconsciente para os agressores e agressoras.

Importante destacar que, apesar de considerarem normais algumas formas de violência, as crianças também reconheceram situações que Castro e Abramovay (2002) identificaram como reprodução ou cadeia de violências. Para as autoras, a exposição a atos de violência no âmbito doméstico destrói a autoestima dos jovens já que os pais seriam os agressores e teriam os filhos como suas vítimas que, por sua vez, se tornariam violentos, fazendo outras vítimas. Esse reconhecimento é observado nos relatos das crianças em diversos momentos, como na fala de uma criança sobre as causas da violência contra crianças. Raiane respondeu a essa pergunta, considerando que se uma pessoa “[...] *cresceu em um lugar onde ela foi maltratada, ela vai fazer com os outros, vai achar que isso é certo*”. Na fala dessa criança, identifica-se, além do reconhecimento de violência pessoal, características de violência doméstica que ela cita como maus-tratos e o conhecimento da criança de que a violência pode ser reproduzida. Com relação ao reconhecimento de que a violência pode ser reproduzida, também foi identificada em uma resposta sobre quais as consequências e efeitos que uma situação de violência pode ter na vida das crianças. Elas responderam que a violência causa traumas e Andressa disse que provoca “[...] *depressão e às vezes até quando a própria pessoa tem um filho, faz a mesma coisa que fizeram com ela que é bater, espancar*”. Outras crianças apontaram que a casa da família é o melhor lugar de proteção e dois meninos, entretanto, disseram que não se sentem bem dentro de casa. Felipe disse, na sequência: “*Em casa meu pai e minha mãe, meu filho, é que nem mosca dentro de casa*” e repete que em casa não se sente seguro.

Em ambas as cidades, Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE, as crianças tiveram reconhecimentos semelhantes sobre a violência pessoal e direta. Relataram, em sua maioria,

reconhecerem situações de violência física, psicológica, sexual, cometidas por pais, colegas e instituições.

4.2 Violência Estrutural

Retomando o conceito da violência estrutural, segundo Galtung (1969) se configura como uma forma indireta de violação, por ser resultante das estruturas sociais, tendo como principais manifestações a desigualdade e a injustiça social. Sua manifestação é invisível do ponto de vista físico, mas está associada à distribuição de recursos, à exploração, à discriminação e à marginalização. Por ser, muitas vezes, invisível e indireta, as crianças não se referiram diretamente a esse tipo de violência, mas sua presença e seus impactos puderam ser identificados em diversos momentos de suas falas. Ou seja, não houve reconhecimento, mas houve percepção, de acordo com as diferenciações de Goldstein (2009). O autor considera a percepção como experiência sensorial consciente e o reconhecimento é a habilidade de unir os processos sensoriais e então nomear o conteúdo referido pelos sentidos (GOLDSTEIN, 2009).

Os primeiros impactos percebidos sobre a violência estrutural na vida das crianças puderam ser verificados em seus relatos a respeito do que podem ou não podem fazer no bairro em que moram em Belo Horizonte/MG. Raíssa citou que vai ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) participar de atividades, e João disse que não pode ficar até tarde na rua, pelo perigo da polícia pegar, confundir e pensar que são crianças envolvidas com a criminalidade. Na fala da criança, já se identifica a ocorrência da violência institucional, sob a forma de violência policial ou oficial conforme denominado por Machado e Noronha (2002). João também acrescentou que, se estiver perto de crianças que estão se envolvendo com drogas, por exemplo, elas podem ser confundidas com essas pessoas, e se tornarem vítimas da polícia. Tais relatos vão ao encontro do estudo de Carvalho (*et al.*, 2008), que afirmam que a maneira com que crianças e adolescentes têm sido tratados em políticas públicas oscila entre a negligência, punição e medidas puramente assistencialistas.

Segundo Machado e Noronha (2002), a violência oficial está ligada à violência estrutural, pois se manifesta a partir das desigualdades sociais. Essa concepção encontra respaldo na fala das crianças. Quando questionadas se, em sua opinião, existem crianças que estão mais sujeitas a sofrer violência, ou seja, mais vulneráveis, algumas crianças disseram que todas as crianças estão expostas e podem sofrer alguma violência e as outras crianças consentiram, ficando em silêncio. Nesse ponto da entrevista, é interessante observar que elas não reconheceram a situação de estarem em situação menos privilegiada em relação a outras

crianças que têm mais acesso a recursos de desenvolvimento. João, porém, se referiu novamente à violência policial, citando casos de violência física contra crianças.

As crianças também reconheceram a existência de violência institucional em outras formas. Quando a entrevistadora perguntou em quais lugares, em suas opiniões, as crianças estão em maior risco de sofrerem violência e maus-tratos como abuso físico, emocional e outras situações que as façam se sentir mal, as crianças responderam que estão mais sujeitas em ruas, escolas, orfanatos e lugares desertos. O tema também surgiu em resposta a uma pergunta sobre em quais locais as crianças se sentem seguras. Hellen citou o Conselho Tutelar e Raíssa disse “*Ah, não eu não ia pro Conselho porque se não eles iam me tirar, iam me roubar da minha mãe*” e Caio disse que “*o Conselho pega para cuidar, mas só se a mãe não cuida*”. A fala de Raíssa sobre o Conselho Tutelar reflete o receio de uma violência institucional e com achados semelhantes aos estudos de Castro e Abramovay (2002), que afirmam o ponto de vista de jovens sobre o abuso de autoridade por parte de instituições como membros da justiça e do aparato policial. Em outros momentos, entretanto, as crianças reconheceram que caso precisem de ajuda, podem procurar o Conselho Tutelar e delegacias, revelando uma relação ambígua com relação a esses agentes, conforme apontam os achados nos estudos de Machado e Noronha (2002) que evidenciaram relações contraditórias da população com forças policiais.

Em Fortaleza/CE, os relatos sobre a violência estrutural foram ainda mais presentes. Na abertura do roteiro das perguntas, a entrevistadora perguntou sobre a rotina das crianças, e já apareceram relatos com fortes traços de violência estrutural. A maioria das crianças relatou que ficam sozinhas durante grande período do dia, acompanhadas por seus irmãos, pois suas mães saem para trabalhar e eles não têm com quem ficar. Nenhuma das crianças mencionou a presença ou ausência do pai e apenas Gabriela mencionou que fica com os tios durante o dia. Destaque para a fala de Vinícius: “*Minha mãe não tem muito tempo, ela é empregada doméstica, ela vai trabalhar e nós ficamos em casa fazendo as coisas*”. Andressa relatou ficar durante o dia sozinha, com seu irmão bebê “*Eu fico só, porque minha mãe vai trabalhar as 05h, aí ela chega só as 03h da tarde ou as vezes ela passa o dia, chega só 10h e eu tenho um irmão de 07 meses*”. As falas refletem, claramente, a mãe como figura central nas rotinas das crianças, sendo a principal responsável pelos cuidados com as crianças. Nenhuma das crianças pontuou, entretanto, alguma objeção ao fato de ficarem sozinhas ou na companhia de irmãos durante o dia. Apesar de não reconhecerem os traços da violência estrutural, esse tipo de rotina aponta para a falta de oportunidades de cuidados devidos, um dos reflexos da pobreza, conforme apontou Rocha (2006).

A violência estrutural apareceu fortemente nas falas das crianças de Fortaleza/CE,

principalmente no âmbito da criminalidade e da presença das organizações para tráficos de drogas. Quando a entrevistadora questionou o que as crianças podem e não podem fazer em suas comunidades, as crianças relataram uma série de locais que não podem ir e de atitudes que não podem ter, por conta do crime organizado no entorno. Na sequência as crianças relataram os casos de violência extrema aos quais estão expostas. As falas refletem a grave exposição das crianças quanto à criminalidade relacionada à violência estrutural a que estão sujeitas, mesmo que não se refiram desta forma, as crianças percebem o contexto de violência no qual estão inseridas. A presença da criminalidade no entorno foi fortemente identificada nas falas das crianças. Essa identificação também aparece nas respostas à pergunta realizada quanto a quem as crianças acham que são as pessoas que podem as atacar e que as fazem se sentir mal. Várias crianças identificaram a criminalidade da região como forma principal de violência contra crianças. Elas identificaram a conexão dessas atividades com a utilização e venda de drogas, relatando, inclusive, o quanto essas estão presentes em seu entorno. Esses reconhecimentos vão de acordo com Nyabera (2017), que afirma que a violência contra crianças pode ser agravada pela condição de pobreza, uma vez que essa pode expor a criança a vulnerabilidades diversas, como, por exemplo, as chances de moradias onde a atividade criminal organizada é generalizada, o que agrava a violência física e os riscos das crianças serem atraídas para essa atividade; o maior risco de ficarem sem supervisão de um adulto, o que pode aumentar o risco de serem abusadas e violadas. As crianças também relataram muitas situações nas quais crianças se envolvem com o tráfico, na situação de “aviãozinho” (pessoa que intermedia a venda de drogas).

Muitas falas também evidenciaram situações de violência estrutural a partir do medo que as crianças sentem pelas violências às quais estão expostas. Felipe relatou que, no momento, não pode fazer nada em sua comunidade, no sentido de se divertir. Mas Gabriela disse que pode sim, *“o que a gente pode fazer na comunidade é o que cada criança faz, brincar, soltar pipa”*. Então Vinícius complementou: *“mas aí vem o medo”*, e todas concordaram. É possível traçar um paralelo nesse sentido com Espinheira (2008), que afirmou que a pobreza é um fator contribuinte para violência pois o estado de privação das necessidades limita, frustra e revolta.

Mesmo que as crianças não tenham reconhecido de forma clara em seus relatos, a incidência da violência estrutural, esse apontamento surge de forma mais evidente quando a facilitadora questionou às crianças porque elas acham que as situações de violência contra crianças acontecem, buscando identificar as causas de tais situações, em suas percepções. As crianças apontaram motivos como desemprego, falta de policiamento nas ruas, a corrupção de alguns policiais e facções criminosas. Importante destacar que todos os motivos citados se relacionam

com características da violência estrutural, que, conforme Galtung (1969), encontra sua manifestação em fatos de injustiça social. Algumas crianças citaram exemplos concretos de violências institucionais que ocorreram com seus parentes próximos, demonstrando que tais violências não aconteceram diretamente contra elas, mas em situações que as afetaram e nas quais se sentiram expostas, por exemplo, por afetar pessoas queridas.

4.3 Violência Cultural

O terceiro tipo de violência mencionado neste trabalho e concebido por Galtung (1990) é a violência cultural, que se relaciona à influência do meio cultural sobre a justificação e legitimação dos outros tipos de violência (pessoal e estrutural). Nasce a partir das crenças e costumes dos seres humanos, tornando atitudes, argumentações, incitações, acusações e, sobretudo, aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência – seja da forma direta ou estrutural – de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração ou repressão como fatos normais (GALTUNG, 1990).

Nas análises da violência cultural, pôde-se observar que as crianças de ambas as cidades tanto sofrem quanto reproduzem alguns argumentos de legitimação da violência, como verifica-se a seguir. Em Fortaleza/CE, foram encontradas mais falas relacionadas a esse aspecto da violência do que em Belo Horizonte/MG. Da violência cultural reconhecida pelas crianças de Belo Horizonte/MG, podemos destacar a reprodução de argumentos legitimadores da violência baseada em gênero e, ao mesmo tempo, o impacto que esse tipo de violência tem sobre as crianças. Em resposta a diferentes perguntas, as crianças relataram que os tipos de violência que meninos e meninas sofrem são diferentes, como, por exemplo, o fato de meninas estarem mais sujeitas a estupro e meninos mais sujeitos ao envolvimento com o tráfico de drogas. Esses reconhecimentos refletem a vitimização diferente que impacta crianças e adolescentes devido à cultura patriarcal e machista existente em seus entornos. Entretanto, em outro momento, as próprias crianças reproduziram alguns argumentos da cultura machista, justificando que os meninos são mais fortes e as meninas mais frágeis, por exemplo. Hellen relatou a situação de que os meninos estão mais sujeitos à violência física que meninas, citando a causa: *“Meninos são mais fortes, eles sofrem mais violência física, eles aguentam mais”* e Caio acrescentou *“os meninos podem receber três, quatro socos que os meninos não caem. Menina um soco só e ela cai”*. Nesse sentido, Joana discordou e disse que *“As meninas também são fortes, às vezes também batem”* e Raíssa acrescentou que *“os meninos por qualquer coisa brigam”*. Verifica-se que esse tipo de diferenciação pelo fato de serem meninos ou meninas

impacta suas realidades, os sujeita aos papéis sociais e estereótipos de gênero, o que algumas das próprias crianças acabam tomando como certo e natural.

Quanto à sua percepção sobre o fato de existirem crianças que estão mais sujeitas a sofrer violência, ou seja, mais vulneráveis, algumas disseram que todas as crianças estão expostas e podem sofrer alguma violência. De forma espontânea um menino respondeu que *“não, todas estão sujeitas a violência qualquer hora”* e as outras crianças consentiram, ficando em silêncio. Essa resposta demonstra, mais uma vez, que embora as crianças percebam situações de violência estrutural e cultural a que estão sujeitas, elas não as reconhecem, ou seja, elas narram situações nas quais percebem diferentes tipos de violência, mas não consideram que algumas crianças estejam mais ou menos sujeitas a diferentes tipos de violência.

De forma diferente dessa aceção das crianças de Belo Horizonte/MG, em resposta à mesma pergunta sobre o fato de existirem crianças que estão mais vulneráveis a sofrerem violência, as crianças de Fortaleza/CE reconheceram que sim. Um menino disse que algumas crianças estão mais sujeitas devido ao preconceito, *“porque pessoas negras que moram em favela, eles pensam logo de tudo, não é “neguim”, mora em favela, é envolvido”*. O preconceito é um exemplo claro de manifestação da violência cultural, segundo Galtung (1990). Além disso, a situação relatada pelas crianças vai de acordo com Minayo (2001), quando aponta um estudo conduzido pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) que informa as ocupações dos jovens vítimas de homicídios em 1992 e 1993 no Rio de Janeiro. Segundo a autora, 60% dos mortos não tinham nenhuma vinculação com a criminalidade, ou seja, eram simplesmente crianças e adolescentes pobres e a violência que incidiu sobre eles é reflexo direto de crenças culturais a respeito de que jovens moradores de periferia se configurarem como criminosos.

A partir das respostas acima, a facilitadora perguntou se esse tipo de situação faz as crianças se sentirem mal. Um menino disse *“muito”* e complementou: *“Porque, tipo assim, essas coisas que eles falam não é para o pensamento da criança. O pensamento da criança é o que: estudar, brincar, fazer seus deveres. Mas não, eles falam, é “neguim”, mora em favela é envolvido com droga não sei o que, aí afeta o consciente da pessoa, da criança”*. A criança relatou, claramente, os impactos do preconceito que sofrem, confirmando a teoria de Minayo (2001) de que a delinquência infanto-juvenil é proporcionalmente muito menor do que a reação da sociedade contra ela. Um menino disse que é preciso ter cuidado com o preconceito contra a favela. Uma menina disse que na favela moram muitas pessoas, e pessoas ruins moram lá também, mas *“aí o povo julga por causa tem gente ruim, mas também tem pai de família. Mas também depende se você fica só indo conversar com gente que não presta. Às vezes isso pode ser perigoso”*.

para você, por que arrisca sua vida” e um menino complementou que pode ser perigoso até mesmo para a família da criança.

Outro questionamento que resultou em respostas das crianças sobre a violência cultural foi quando a entrevistadora questionou se as crianças acham que há situações nas quais poderia ser justificado ou necessário insultar, agredir ou machucar uma criança, se há alguma situação que poderia ser considerada normal. As crianças disseram que não, mas reproduziram argumentos que legitimam a violência de pais contra filhos, quando essa é cometida em nome da “correção”.

Felipe: (...) minha mãe é muito assim, ela me agride muito, bate muito mesmo, qualquer coisinha, é...eu tenho várias cicatrizes no corpo... Só que eu não gosto de falar desse assunto que , não gosto muito de falar. Quando eu chegava com cicatriz na escola, eu até inventava uma desculpa para falar que era outra coisa.

Vinícius- Apanha no colégio e apanhando da mãe....

Felipe- Tem nada a ver isso aí, e por qual quer coisa que faça, mas tem vezes que percebo que eu estou errado mesmo, quando eu não encho uma garrafa, quando eu brigo na rua por algum motivo, aí penso, não ela me bateu porque eu estou errado.

Vinícius- Ela tá certa.

O diálogo acima, entre Felipe e Vinícius, mostra claramente a reprodução de um argumento legitimador da violência. Quando Felipe relatou ser vítima de violência, disse também que às vezes sabe que a mãe faz isso porque ele está errado. Na sequência, Vinícius disse que a mãe dele está certa pois estava o corrigindo, justificando a violência. Em resposta, Felipe acabou concordando em partes. Segundo Minayo (2001), em muitas culturas, a violência é considerada uma forma de educar as crianças, respondendo a ações de desobediência e de rebeldia. As crianças citadas não somente reproduzem essa fala como consideram a violência uma forma correta de educação. Essa análise corrobora com o argumento de Carinhonha e Penna (2012) que ressaltaram que a ordem social injusta cria um clima de aceitação da violência, naturalizando-as quando vividas sistematicamente no lar ou na comunidade, condicionando a criança ou o adolescente a considerar a violência como meio aceitável de solucionar conflitos. As falas refletem a percepção que as crianças têm de que muitas vezes a violência ocorre como forma educativa, inclusive deixando cicatrizes no corpo da criança que relatou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação pretendeu contribuir para estudos sobre a percepção de crianças sobre a violência contra crianças, especificamente de crianças entre 10 e 12 anos de idade em situação de pobreza nas capitais brasileiras de Belo Horizonte e Fortaleza. Essa investigação apontou caminhos sobre as diversas violências que todas as crianças podem estar sujeitas, mas demonstrou também que as crianças em situação de pobreza residentes em áreas de periferia de grandes metrópoles de fato vivenciam condições extremas de exposição à violência nos seus entornos. Isso se evidenciou pois, em ambos os grupos, as crianças citaram, para além da violência direta (pessoal) contra crianças, questões relacionadas à violência indireta, ou estrutural. Citaram questões relativas com os locais onde moram, como a criminalidade, tráfico de drogas, violência policial, dentre outras específicas das regiões de onde moram, em áreas de periferia de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE.

No início deste estudo, não era certo que encontraríamos apontamentos tão incisivos sobre a exposição das crianças à violência. Não sabíamos se elas reconheceriam essa violência, se perceberiam a violência estrutural ou se, de alguma forma, encarariam-na como normal. Entretanto, quando foram questionadas a respeito do que era violência, apontaram indícios claros demonstraram que reconhecem esse tipo de violação, mesmo que não entendam seus significados e causas. É importante destacar que em suas falas as crianças reconheceram e citaram a violência pessoal, de forma mais direta, entretanto, em muitos momentos, elas se referiram indiretamente a fatores que se configuram como violência estrutural e cultural.

Os resultados provenientes da matriz de identificação da violência nos permitiram verificar alguns tipos de violência que seriam realmente prováveis de serem identificados, porém, as crianças citaram outros tipos de violências que não necessariamente foram consideradas como “violência contra crianças”, portanto, não constavam na matriz. Da tipologia identificada, podemos afirmar que, em ambos os grupos, todos os seguintes tipos de violência direta (ou pessoal) foram citados, reconhecidos pelas crianças ou identificados em suas falas: psicológica, física, sexual. A negligência não foi citada, exceto na fala de crianças que mencionaram, por exemplo, que ficam o dia inteiro sozinhas cuidando de seus irmãos mais novos. Entretanto, não se pode afirmar que se trata de negligência, quando a família não tem recursos ou alternativas para agir de forma diferente. Por essa complexidade em ser identificada, de fato seria mais difícil que aparecesse na fala das crianças. Quanto à violência indireta (estrutural), ou exposição à violência, as crianças não relataram a pobreza, apesar de todas se enquadrarem, em seus critérios familiares, nessa situação e relatarem questões

relacionadas à pobreza. A criminalidade foi muito citada e também a violência institucional, como formas de violência policial e nas escolas, orfanatos e até mesmo do conselho tutelar.

O objetivo principal deste estudo era compreender quais situações as crianças reconheceriam como violência contra crianças, a violência na qual estão expostas e quais as suas causas, comparando dois grupos focais em diferentes cidades. Assim, haviam duas hipóteses: a primeira, de que as crianças de ambas as cidades teriam entendimentos similares sobre violência contra crianças, não se relacionando com fatores municipais específicos. Por outro lado, havia a segunda hipótese de que as crianças das diferentes cidades teriam entendimentos diferentes sobre a violência contra crianças, pois suas percepções poderiam se moldar de acordo com fatores estruturais específicos do seu entorno, de acordo com o tipo de violência mais presente em suas cidades e estados. Em conclusão, pôde-se verificar que a primeira hipótese pôde ser confirmada. As crianças tiveram entendimentos similares sobre o que reconhecem como violência contra crianças, e muitas vezes utilizaram até mesmo expressões semelhantes. Por outro lado, seus relatos se relacionaram muito a fatores específicos de violência nos quais estavam expostas, citando exemplos de suas comunidades, bairros, escolas, casas, e não, por exemplo, com relação a outras crianças e em outras localidades. Pode-se perceber o quanto elas têm percepção a respeito de situações que acontecem em seus entornos e inclusive têm opiniões sobre os motivos que levam aos agentes a cometerem tais violências. Isso nos leva a destacar que, em ambos os grupos, a percepção das crianças sobre a criminalidade, o tráfico de drogas e a violência institucional foi alarmante. Embora essas violências não necessariamente sejam cometidas diretamente, ou pessoalmente contra elas, foram as mais citadas, o que aponta que as crianças se sentem impactadas.

Também é preciso considerar que as crianças entenderam bem as perguntas e souberam responder de acordo com o vocabulário que tinham acesso, e muitas vezes pare se fazerem compreender, as crianças utilizaram de casos e exemplos dos seus cotidianos, o que pode ser uma forma de explicarem melhor os seus pontos de vista sobre as questões apontadas. Na maioria das vezes, esses casos ou relatos se referiram a outras pessoas, como parentes, amigos ou colegas. Raramente as crianças se identificaram como vítimas de violência, mas muitas vezes citaram questões com algum exemplo de seu cotidiano, que evidenciava que se enquadram nessas situações.

No grupo entrevistado em Belo Horizonte/MG, os principais tipos de violências identificados foram: Violência institucional; Violência sexual; Violência física; Violência verbal/psicológica, Criminalidade. No grupo entrevistado em Fortaleza/CE, as principais violências identificadas foram: Criminalidade, Violência institucional, Violência estrutural,

Violência física, Violência verbal/psicológica. Também, nesse grupo, as crianças reconheceram a automutilação e o suicídio como uma forma de violência, assim como o *bullying*. Mesmo que as violências identificadas em ambas as cidades sejam semelhantes, a intensidade se mostrou diferente, sendo em Fortaleza/CE muito evidente o medo que as crianças demonstraram, várias vezes, das facções criminosas.

Para finalizar, é importante destacar que as crianças em situação de pobreza, muitas vezes, estão expostas a violências que outras crianças podem não enfrentar. Pelas condições de moradia e da falta de acesso a recursos que algumas crianças e famílias têm. A partir das falas tão significativas das crianças, é importante também atentar para a importância de escutá-las sobre as questões que as afetam. Conforme aponta a sociologia da infância, as crianças não somente entendem o contexto social, como o constroem ativamente e o estudo com crianças pode, inclusive, subsidiar a investigação sobre temas que não são, necessariamente sobre o universo infantil.

Os resultados levam a pensar sobre o fato de que as crianças em situação de pobreza reconhecem e citam a violência pessoal, mas que, em todas as suas falas, percebeu-se traços do impacto da violência estrutural a que estão sujeitas. Não é possível, portanto, afirmar qual tipo de violência incide mais em suas vidas, e sim que tais tipos se misturam e são transversais, alterando as dinâmicas existentes nas relações sociais tecidas.

Outras perguntas de pesquisas podem ser formuladas a partir desse trabalho, como por exemplo, quais são os fatores associados à violência estrutural, a partir da percepção das crianças? Também é interessante analisar como os três tipos de violência se relacionam no contexto de vida das crianças. Outra proposta interessante a ser pensada é realizar uma pesquisa com o mesmo viés de entendimento, porém comparando as percepções de crianças em situação de pobreza e sem situação de pobreza, em uma mesma cidade. Tais entendimentos podem contribuir para aferir conclusões bastante assertivas sobre quais são os impactos da pobreza em relação ao entendimento das crianças sobre a violência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E.; LIMA, R. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **Revista São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 62-74, dez. 1999.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Revista Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005.

ALDERSON, P. **Listening to children**: children, ethics, and social research. Essex: Barnardos, 1995.

ALDERSON, P.; MORROW, V. **The ethics of research with children and young people: a practical handbook**. London: Sage, 2011.

APOSTÓLICO, MR. *et al.* Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 266-273, 2012.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, G.; SARAT, M. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizatório. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 5, n. 13 p. 19-33, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5176/2739>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARROS, P. *et al.* Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social. **Cadernos Adenauer**, nº 1, p. 11-22, 2000.

BAZON, MR. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n. 2, p. 323-332, fev. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

BRASIL, Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 abr. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAPRICHOSO, D. **Percepção de crianças expostas à violência interpaparental**. 2010. 108 f. (Dissertação) (Mestrado em Psicologia Jurídica). Universidade Fernando Pessoa, 2010.

CARVALHO, Q. *et al.* Violência contra criança e adolescente: reflexão sobre políticas públicas. **Revista RENE**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 157-164, abr./jun. 2008.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 maio 2020.

_____. *et al.* **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: Unesco, 2001.

CHAUÍ, M. Uma Ideologia Perversa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, p. 3, mar. 1999.

CHILDFUND BRASIL. **Small Voices, Big Dreams 2019**. Belo Horizonte: 2019.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, L. A produção de crianças e jovens perigosos: A quem interessa. In: FRAGA, P.; LULIANELLI, J. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 58-63.

CORSARO, W. **The sociology of childhood**. Califórnia: Pine Forge, 1997.

COSTA, M. *et al.* O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1129-1141, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 maio 2020.

DE MAUSE, L. **The history of childhood**. London: Souvenir Press, 1976.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social I e II**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

DURKEIM, E. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ESPINHEIRA, G. **Sociedade do medo**: Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZZI, R. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntico, 2004.

FERNANDES, N. **Infância e Direitos**: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes. 2005. 491 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança). Universidade do Minho, Braga, 2005.

FOSTER, H., BROOKS-GUNN, J., MARTIN, A. Poverty/socioeconomic status and exposure to violence in the lives of children and adolescents. In: FLANNERY, D.; VAZSONYI, A.; WALDMAN, I. (Org.), **The Cambridge handbook of violent behavior and aggression**. Londres: Cambridge University Press, 2007. p.664-687.

FRONES, I. Dimensions of childhood. In: QVORTRUP, J. *et al.* (org.) **Childhood matters**, Avebury: Aldershot, 1994. p.145-164.

FROTA, M.; *et al.* Percepção das crianças da periferia de Fortaleza – Ceará acerca da Violência. **Cogitare Enfermagem**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 427-432. 2010.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191. 1969.

_____. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305. 1990.

GOLDSTEIN, E. **Sensation and perception**. Boston: Cengage Learning, 2009.

GOMES, C.; SANTOS, M. O sonho e a realidade: sociedade e violência. In: ESPINHEIRA, G. (Org.). **Sociedade do medo**. Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência Salvador: EDUFBA, 2008, p.101-116.

GOMES, V.; FONSECA, A. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. spe, p. 32-37, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GUERRA, VN. **Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação**. 1996. 283 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The Definition and Measurement of Poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23 n. 2, p. 211-221. 1988.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas unidades da Federação. **Economia Revista da Anpec**, v. 6, n. 2, p. 255-289. 2005.

HOWE, T. **Marriages and families in the 21st century: a bioecological approach**. California: Humboldt State University, 2011.

IBGE. **Portal de Cidades**: Belo Horizonte. [2020?]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>>. Acesso em: 01 maio 2020.

IBGE. **Portal de Cidades**: Fortaleza. [2020?]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>> . Acesso em: 01 maio 2020.

JANNUZZI, P. *et al.* **Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil:** aprimoramentos metodológicos e novas estimativas para 2001 a 2013. Brasília: Sagi, 2014.

JANNUZZI, P; SOUSA, M. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria e da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Inclusivo. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: 2016.

KUHLMANN, JR. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAUREAU, Annette. **Unequal Childhoods:** Class, race and Family life. California: University of California Press, 2003.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, ano 4, n. 7, p. 188-221, jan./jun. 2002.

MANDUCA, R.; SAMPSON, R. Ambientes de vizinhança punitivos e tóxicos predizem independentemente a mobilidade social intergeracional de crianças negras e brancas. **Anais da Academia Nacional de Ciências**, v. 116, n. 16, p. 7772-7777. Disponível em: <<https://www.pnas.org/content/116/16/7772>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CHILDHOOD BRASIL; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/Projeto_Mapear_2017_2018.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LEITE, M.R. Projetos Sociais como Medida de Combate à Violência nas Escolas: Um Desafio Para o Setor Educacional Brasileiro. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, p. 1-16. Set.2008.

MACHADO DA SILVA, L.A.; LEITE, M. “Violência, crime e polícia: o que favelados dizem quando falam desses temas?”. In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008, p. 47-76.

MAGALHÃES, J. *et al.* Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. **Escola Anna Nery**, vol.21, n.1, p. 1-7. Jan. 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452017000100203&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 29 ago. 2019.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Original publicado em 1867.

MEDEIROS, C.; ALBUQUERQUE, E. Mapeamento da Vulnerabilidade Social em Nível de Setores Censitários: Estudo de Caso Para o Município de Caucaia (CE). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPCE), **Textos para Discussão**, Fortaleza, n.107, nov. 2014.

MERTON, R. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MINAYO, M.C. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: SOUSA, E.R. (Org.). **Curso impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro, 2007. p. 24-35.

_____. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102. Ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MOK, P. *et al.* Family income inequalities and trajectories through childhood and self-harm and violence in young adults: a population-based, nested case-control study. **The Lancet Public Health**, Manchester, v.3, n.10, p.498-507. Out. 2018.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. p. 112, 2001.

NUNES, A.; SALES, M. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>>. Acesso em 14 maio 2020.

NYABERA, F. **The Nexus Between Child Poverty and Violence Against Children**. Ending Child Poverty, 2017. Disponível em: <<https://endingchildpoverty.org/en/blog/295-the-nexus-between-child-poverty-and-violence-against-children>>. Acesso em 10 nov. 2019.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Infância**. Nova York: ONU, 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso: 28 jan. 2020

ONU. **Declaração dos Direitos Humanos**. Nova York: ONU, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso: 28 de jan. 2020

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Nova York: ONU, 1959. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>>. Acesso: 28 jan. 2020

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência contra Crianças**. Disponível em: <<https://www.who.int/mediacentre/factsheets/violence-against-children/en/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Health Statistics 2018**. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). **Multidimensional Poverty**. Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MD-poverty-presentation_eng2.pdf?0a8fd7>. Acesso em: 08 dez. 2019.

PALHARES, M.; SCHWARTZ, G. A Violência. In: SCHWARTZ, G. (Org.). **Não é só a torcida organizada**: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-26.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Mapa da exclusão social de Belo Horizonte. **Planejar BH**, v. 2, n. 8. ago. 2000.

PINHEIRO, P.S. **World Report on Violence Against Children**. New York: UNICEF. 2006.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil**. Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

DEL PRIORE, M. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A.M.; SATO, L. (Org.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253.

_____. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

REIS, Magali. A Construção Sociológica da Infância. In: _____.; GOMES, L.O. (Org.). **Infância: Sociologia e Sociedade**. São Paulo: Attar, 2015.

ROCHA, R. História da Infância: Reflexões acerca de Algumas Concepções Correntes. **Revista Analecta**, v.3, n.2, p. 51-63. 2002.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSEMBERG, F. A criança pequena e o direito creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: Bento, M. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. 1ed., 2011, v. 1, p. 11-41.

SARMENTO, M.J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. Educação e Sociedade. In: DELGADO, A.; MULLER, F (Org.). **Sociologia da Infância**: pesquisas com crianças. Campinas: Cedes, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. *et al.* A violência urbana contra crianças e adolescentes em Belo Horizonte: uma história contada através dos traumas maxilofaciais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1103-1120. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2020.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, v. 112, p. 7-31, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA; MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Notificações de agressões a crianças e adolescentes**. Brasília: Dez/2019. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/233-casos-de-violencia-fisica-ou-psicologica-contra-criancas-e-adolescentes-sao-notificados-todos-os-dias/>>. Acesso em :01 abr. 2020.

TEDESCO, J. C. **Sociologia da educação**. Campinas: Editores Associados, 1995.

UNICEF. **World Report on Violence Against Children**. New York: 2006.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência**. Brasília, 2015. Disponível em:
<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

WEBER, M. Classe, Estamento, Partido. In: GERTH, H.H; MILLS, C. (orgs). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ANEXO A

Roteiro completo da pesquisa “Small Voices, Big Dreams” para entrevistas em grupo com as crianças.

TEMAS	PERGUNTAS
Apresentação Inicial	<i>Vamos começar com uma rodada de apresentações, para conhecer um ao outro melhor, e iniciar o debate. Como é a vida para crianças e adolescentes em sua vizinhança/cidade/vila/comunidade?</i> 1. Como é um dia normal na semana? E o final de semana? O quê você gosta de fazer? O quê você passa o tempo fazendo? Sozinho (a)? E em grupo? 2. Então, em sua vizinhança/cidade/vila/comunidade, o que você pode fazer? E o que você não pode?
Lugares, atores e fatores de risco/agressores	<i>Com relação aos lugares nos quais você disse que passa o tempo...</i> 3. Onde você acha que as crianças estão mais em risco de sofrerem maus-tratos, abuso físico e emocional, e outras situações que as façam se sentir mal? 4. E em termos de lugares, há diferença entre meninos e meninas? Meninas e meninos vivenciam situações/tipos de violência diferentes? Porque você acha isso? 5. Quem você acha que são as pessoas que atacam crianças e as fazem se sentir mal?
	6. E por que você acha que essas situações acontecem (causas)? 7. Você acha que há crianças que são mais susceptíveis de sofrerem maus-tratos, abuso físico e emocional ou outras situações as quais as fazem se sentir mal? Por quê?

Definição de violência e maus-tratos	 e baseado no que você falou, e porque é tão interessante, nós gostaríamos de saber... 8. Como você definiria violência? 9. O que é violência em sua opinião?
Legitimação	<i>Mas parece que nem todos estão de acordo...</i> 10. Você acha que há situações nas quais poderia ser justificado ou necessário insultar, agredir ou machucar uma criança? 11. Você acha que há quaisquer outras situações violentas ou difíceis vivenciadas pelas crianças que poderiam ser consideradas como normais?
Consequências	<i>E sobre o que acontece às vítimas de violência...</i> 12. Quais consequências/efeitos você acha que a violência pode ter nas vidas das crianças? 13. Como você acha que se sente uma criança que é vítima de algum tipo de violência?
Soluções	<i>Crianças ativas e capazes com um forte senso de justiça como vocês...</i> 14. Crianças podem ajudar a fazer alguma coisa para evitar ou parar uma situação violenta? 15. Como? 16. O que as crianças precisam para poderem ajudar? 17. O que você acha que os adultos poderiam fazer a fim de que as crianças se sintam mais protegidas e menos maltratadas?
Recursos e serviços	<i>E se algo acontecer, aonde precisamos ir?</i> 18. Você sabe de algum lugar, organização ou pessoa (não incluindo membros da família, professores ou

	colegas de classes) aonde uma criança pode ir se ela estiver sofrendo de violência ou maus-tratos ou conhece alguém que esteja? 19. Você acha que é fácil para uma criança ir a esses lugares ou pessoas?
Bem-estar subjetivo	<i>E pensando sobre isto de uma outra perspectiva, como você imagina ou acha que tem a sensação de se sentir bem, onde você se sente bem...</i> 20. O que bom tratamento significa para você? O que significa tratar bem as crianças?

ANEXO B

Termo de Consentimento para as crianças e responsáveis, utilizado na pesquisa “Small Voices, Big Dreams”

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO

PARA PARTICIPAR DE UMA ENTREVISTA EM GRUPO PARA A PESQUISA
“PEQUENAS VOZES, GRANDES SONHOS 2019”

Meu nome é:

Minha idade é: (anos) Eu moro em (cidade/país):

Eu estudo em (nome da Escola):

(Marque com um X as frases que você concorda, abaixo):

EU RECEBI UM CONVITE PARA PARTICIPAR EM UMA ENTREVISTA DE GRUPO PARA COLABORAR COM UMA PESQUISA SOBRE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

EU ESTOU INTERESSADO(A) EM PARTICIPAR E EU RESOLVI MINHAS DÚVIDAS, COM A AJUDA DE MEUS PROFESSORES E EQUIPE DO CHILDFUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS, QUE ORGANIZOU A ATIVIDADE.

EU INFORMEI A MINHA FAMÍLIA SOBRE O MEU INTERESSE EM PARTICIPAR DA PESQUISA E FALEI COM ELES SOBRE ESSA POSSIBILIDADE. MINHA FAMÍLIA CONCORDA QUE EU POSSO PARTICIPAR, UMA VEZ QUE ELES RECEBERAM TODA A INFORMAÇÃO E TIRARAM TODAS AS DÚVIDAS.

EU CONCORDO EM PARTICIPAR NA SEGUINTE ATIVIDADE:

- Participar em uma entrevista em grupo com 6/7 crianças, por 60 minutos, em uma sala ou sala de aula na escola em que eu estudo. Durante a entrevista eu vou dar a minha opinião, expressarei minhas ideias e vou expor minhas propostas sobre as questões com total Liberdade.

DURANTE A ENTREVISTA EM GRUPO, OS SEGUINTE DIREITOS SERÃO RESPEITADOS:

- Meu direito de me recusar a responder perguntas que não quero responder
- Meu direito de desistir da atividade a qualquer momento que eu considerar apropriado
- Para os pesquisadores não falarem com ninguém sobre o que eu digo, a menos que haja um risco claro de alguém se machucar (nesse caso eles falam comigo primeiro)
- Quando a pesquisa é discutida, ou os relatórios são escritos, meu nome não será divulgado, pois é uma pesquisa anônima. Um nome falso será sempre usado.
- Os outros participantes da entrevista respeitarão a confidencialidade do que foi dito, assim como eu respeitarei a confidencialidade do que é dito pelo resto do grupo.
- Outra questão que gostaria de acrescentar:

.....(LUGAR) ,(DIA/MÊS/ANO).

ASSINATURA DA CRIANÇA:

NOME/ASSINATURA DO(A) RESPONSÁVEL